

# Relatório de Atividades - 2017



O Relatório de Atividades é o instrumento oficial que demonstra as realizações, resultados alcançados e a gestão dos recursos públicos pelo IBRAM no exercício de 2017. Este documento compõe o Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal e a Prestação de Contas Anual do Governador (inciso XVII do art. 100 Lei Orgânica e inciso V do art. 138 da Resolução 38/90 do TCDF).

**Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do  
Distrito Federal – Brasília Ambiental**

**2018**



**INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL –  
BRASÍLIA AMBIENTAL**

**PRESIDENTE**

Aldo César Vieira Fernandes

**SECRETÁRIO GERAL**

Ricardo Roriz

**SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Cleycione Carlos da Silva

**SUPERINTENDENTE DE ÁREAS PROTEGIDAS**

Lélia Barbosa de Souza Sá

**SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS, PROGRAMAS, MONITORAMENTO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Vandete Inês Maldaner

**SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E CONTROLE AMBIENTAL**

Marcos Vinícius Félix

**SUPERINTENDENTE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Antonio Queiroz Barreto

**PROCURADORIA JURÍDICA**

Lorene Raquel de Souza

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Marcos de Sousa

**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

Cristiano Cardoso Soares de Sá

**UNIDADE DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E FLORESTAL**

Marcos de Melo Arruda

**UNIDADE DE PLANEJAMENTO**

Ariana Dias da Silva Ferreira Leite

**OUVIDORIA**

Danielle Silva Sabino

# **INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - 21.208**

## **1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS**

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental, doravante denominado IBRAM, criado pela Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007, publicado no DODF 30/05/2007, reestruturado pelo Decreto 36.715 de 31 de agosto de 2015, e alterações, e regulamentado pelo Decreto nº 28.112, de 11 de julho de 2007, que instituiu seu Regimento Interno, é uma entidade autárquica de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, atualmente vinculada à Secretaria de Estado Meio Ambiente tem por finalidades o disposto no artigo 2º de sua Lei de criação:

I – executar e fazer executar as políticas ambientais e de recursos hídricos do Distrito Federal;

II – controlar e fiscalizar, com poder de polícia, o manejo dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal, bem como toda e qualquer atividade ou empreendimento que cause ou possa causar poluição ou degradação do meio ambiente e dos recursos hídricos.

Para alcançar suas finalidades, as principais competências, descritas no artigo 3º de sua Lei de criação, bem como no artigo 3º de seu Regimento Interno, são:

I - propor normas e padrões de qualidade ambiental e dos recursos hídricos;

II - definir normas e padrões relativos ao uso e manejo de recursos ambientais e dos recursos hídricos;

III - propor e desenvolver ações de promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação e vigilância dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

IV - propor a definição e executar o controle dos zoneamentos ambientais e do zoneamento ecológico econômico;

V - proceder à avaliação de impactos ambientais;

VI - promover o licenciamento, a autorização, a fiscalização e o monitoramento de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como daqueles capazes de causar degradação ambiental, em todo o território do Distrito Federal;

VII - propor a criação e promover a gestão e a administração de todas as unidades de conservação e todos os parques sob domínio do Distrito Federal, bem como de outras áreas protegidas;

VIII - implantar e operacionalizar sistemas de informações e de monitoramentos ambientais e de informações sobre os recursos hídricos;

IX - fiscalizar e aplicar penalidades administrativas pelo não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental, nos termos da legislação em vigor;

X - planejar e desenvolver programas de educação ambiental;

XI - promover a proteção e o manejo integrado de ecossistemas, de espécies, do patrimônio natural e genético e de representatividade ecológica do Distrito Federal;

XII - disciplinar, cadastrar, licenciar, autorizar, monitorar e fiscalizar atividades, processos e empreendimentos, o uso e o acesso aos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

XIII - regulamentar, analisar, registrar e controlar a produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e a disposição final de produtos perigosos, no que tange à proteção ambiental, em atividades agrossilvopastoris, industriais, comerciais e de prestação de serviços, conforme legislação em vigor;

XIV - desenvolver ações de assistência e apoio às instituições públicas e à sociedade, em questões de acidentes e emergências ambientais e de recuperação e melhoria da qualidade ambiental;

XV - promover o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o apoio à adoção de tecnologias limpas, ao extrativismo e às populações tradicionais;

XVI - aplicar, no âmbito de sua competência, os dispositivos e acordos nacionais e internacionais relativos à gestão ambiental e dos recursos hídricos;

XVII - prevenir, monitorar e controlar desmatamentos, queimadas e incêndios florestais;

XVIII - julgar, em primeira instância, os recursos interpostos aos autos de infração e notificações oriundos do exercício do poder de polícia administrativa do Instituto;

XIX - fazer recolher, junto à conta da autarquia, preços públicos de licenciamento ambiental e dos recursos hídricos, multas, taxas de fiscalização ambiental e de recursos hídricos e recursos oriundos de compensações ambientais, entre outros, nos termos da legislação vigente.

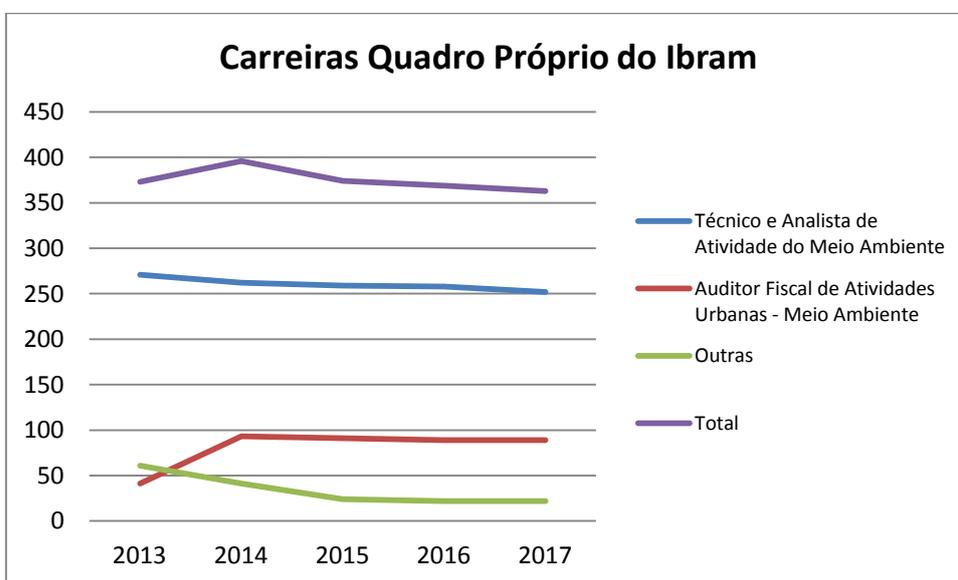
#### FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	28	59	44	232	363
Comissionados sem vínculo efetivo	18	0	29	0	47
Requisitados de órgãos do GDF	5	5	3	22	35
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	9	0	4	13
Menor Aprendiz/ Projeto Jovem Candango	0	48	0	0	48
Terceirizados (FUNAP)	0	11	0	12	23
Outros – especificar	0	0	0	5	5
<b>Subtotal</b>	<b>51</b>	<b>132</b>	<b>76</b>	<b>275</b>	<b>534</b>
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	6	6
<b>Total Geral</b>	<b>51</b>	<b>132</b>	<b>76</b>	<b>269</b>	<b>528</b>

Em 2017 houve um incremento de aproximadamente 6% na força de trabalho total do órgão, em relação ao ano anterior. Esse quadro se deve ao aumento do quantitativo de estagiários e estudantes da rede pública, integrantes do Projeto Jovem Candango e também reeducandos da Funap. Esta alternativa se deu pela impossibilidade de aumento da força de trabalho do quadro próprio, por meio da realização de concurso público.

Percebe-se pelo gráfico abaixo que a força de trabalho constituída de servidores efetivos vem decaindo ao longo dos anos. Desde a nomeação de auditores fiscais, no ano de 2014, o quadro de servidores vem diminuindo ano a ano, representando 8% de redução ao final de 2017.

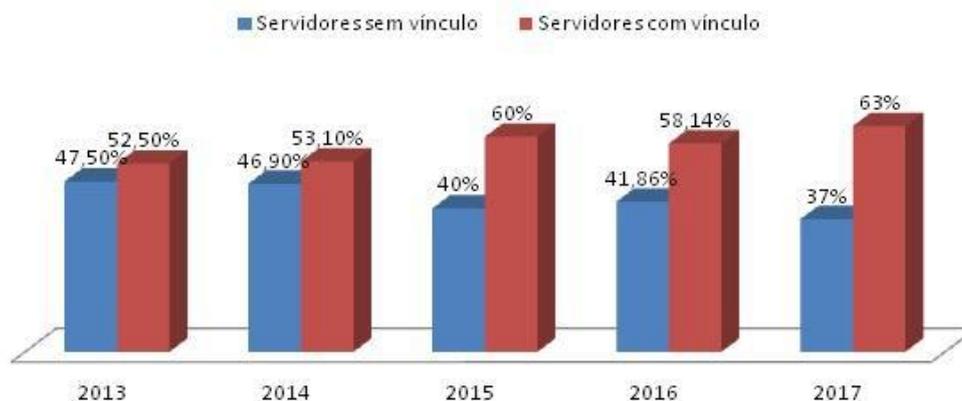
O Ibram possui necessidade premente de complementar seu quadro de servidores efetivos, que representam uma força de trabalho especializada, proporcionando maior segurança técnica e garantindo a continuidade dos serviços prestados à sociedade. Espera-se, em 2018, autorização para realização de concursos públicos e recomposição do quadro próprio.



Ressalta-se ainda que, com o aumento de atribuições legais do Ibram, bem como as especificidades das atividades finalísticas, um número expressivo de servidores de carreira, historicamente, ocupa cargos em comissão, evidenciando a valorização dos servidores do quadro.

Assim, o Ibram continua cumprindo a exigência da Lei Orgânica do Distrito Federal (artigo 19, Inciso V) que dispõe que, pelo menos, 50% dos cargos em comissão sejam ocupados por servidores efetivos, conforme demonstrado abaixo.

## Ocupação dos cargos em comissão



## 2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

### 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER

#### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES</b>	<b>800.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0010 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES- REFORMA E EXECUÇÃO DE MELHORIAS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
0011 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES- EXECUÇÃO DE MELHORIAS NO PARQUE DE AGUAS CLARAS-REGIÃO XX - ÁGUAS CLARAS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
0012 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES- EXECUÇÃO DE MELHORIAS NO PARQUE BOSQUE DO SUDOESTE-REGIÃO XXII - SUDOESTE/OCTOGONAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL - 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER</b>	<b>800.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

O orçamento do Ibram foi vinculado a este programa temático em razão de Emendas Parlamentares Distritais com destinação de recursos para implementação de melhorias nas Unidades de Conservação sob a gestão do órgão.

Dentre os valores apresentados para o cumprimento deste Programa Temático, apenas o montante destinado a melhorias no Parque de Águas Claras foi devidamente autorizado. O escopo dos trabalhos consta do processo nº 0391.002.643/2016 (SEI-GDF), que demonstra a destinação do recurso de R\$ 200.000,00 para a construção de um parque infantil, cujo projeto de arquitetura foi doado ao Ibram pelo Jardim Botânico de Brasília - JBB.

No decorrer da análise dos projetos de arquitetura fornecidos pelo JBB, algumas dificuldades foram observadas, sobretudo a necessidade de complementação das

informações apresentadas nas pranchas que compunham os projetos, para atendimento às especificidades do parque.

Ressalta-se que, mesmo adotando a previsão para o Projeto Executivo ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras, restavam complementações de informações aos projetos de arquitetura, para possibilitar, com precisão, a avaliação do custo da obra e a execução fiel dos elementos previstos nos projetos, que não foram concluídas a tempo. Estes requisitos eram essenciais para que, juntamente com os projetos complementares (de fundação, estrutura, instalações elétrica, hidráulica e sanitária), compusessem o Projeto Básico para elaboração do edital de licitação.

Em razão das fragilidades descritas e da carência de pessoal interno qualificado para a realização das complementações necessárias ao projeto, foi solicitado apoio da Administração Regional de São Sebastião, visto que aquela unidade dispunha de um departamento de obras, para auxílio no desenvolvimento dos projetos complementares. No entanto, não foi possível a conclusão dos trabalhos em 2017, o que inviabilizou a utilização da emenda parlamentar.

Os demais recursos de Emendas Parlamentares destinados às unidades de conservação administradas pelo Ibram não foram autorizados durante o exercício. No entanto, destaca-se que a carência de equipe técnica habilitada para elaboração de projetos para obras também dificultariam sua utilização.

Para 2018, o Ibram pretende, já no início do ano, estreitar o relacionamento com as unidades administrativas do Governo que disponham de estrutura adequada e corpo técnico qualificado para elaboração de projetos, e assim, viabilizar a execução dos recursos que são disponibilizados para execução de obras nas unidades de conservação.

## 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

### Execução Orçamentária e Financeira

<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
<b>1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO</b>	<b>120.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
5882 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	120.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>120.000,00</b>	<b>3.641,00</b>	<b>3.640,55</b>	<b>3.640,55</b>
5209 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	120.000,00	3.641,00	3.640,55	3.640,55
<b>1994 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0001 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>1999 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>80.000,00</b>	<b>20.184,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0001 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	80.000,00	20.184,00	0,00	0,00
<b>2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL</b>	<b>493.000,00</b>	<b>74.527,00</b>	<b>62.465,93</b>	<b>61.925,93</b>
0001 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	493.000,00	74.527,00	62.465,93	61.925,93

<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
<b>4095 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>170.000,00</b>	<b>95.622,00</b>	<b>47.372,10</b>	<b>44.672,10</b>
0001 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	170.000,00	95.622,00	47.372,10	44.672,10
<b>4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b>	<b>90.000,00</b>	<b>21.700,00</b>	<b>21.700,00</b>	<b>21.700,00</b>
0001 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	90.000,00	21.700,00	21.700,00	21.700,00
<b>TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE</b>	<b>1.083.000,00</b>	<b>215.674,00</b>	<b>135.178,58</b>	<b>131.938,58</b>

Uma grande parte das atividades finalísticas do Ibram estão inseridas neste programa temático que tem por objetivo geral: "Resgatar a capacidade do Estado de planejar e projetar, fiscalizar e controlar, segundo uma concepção integrada e transversal, com participação, controle social e transparência, visando ao desenvolvimento sustentável, e assegurando a preservação do patrimônio cultural urbanístico e a promoção ambiental." Como parte desse programa as ações orçamentárias e não orçamentárias do Ibram estão vinculadas ao objetivo específico - Pacto pelo Licenciamento Integrado e Governança do Território, destaca-se as atividades de fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental, cujos resultados fazem parte do Programa 6208.

#### FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

As atribuições do Ibram pertinentes à fiscalização, auditoria e controle ambiental visam estabelecer, orientar, coordenar, promover e executar, de acordo com as diretrizes gerais definidas pelo Plano Distrital Anual de Proteção Ambiental, ações voltadas aos objetivos estratégicos, a fim de coibir a degradação do meio ambiente. Todas essas ações são orientadas por um vasto arcabouço legal, conforme descrito a seguir:

- Lei Distrital nº 4092/08, regulamentada pelo Decreto nº 33.868/12, que trata do controle de poluição sonora no DF;
- Resolução CONAMA nº 237/97, para atividades e empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental;
- Lei Complementar nº 140/2011, Lei nº 9605/98, Decreto nº 6514/2008, Lei Distrital nº 41/1989 e Decreto Distrital nº 37.506/2016, para poluição do solo e poluição hídrica;
- Lei nº 4060/2007, Lei nº 9605/98, Decreto nº 6514/2008 e Lei Complementar nº 140/2011, para fiscalização do comércio, transporte e criações amadoras de pássaros, peixes ornamentais e outros animais silvestres, inclusive seu tráfico (comércio ilegal), maus tratos de animais domésticos e relacionados veículos de tração animal (carroceiros), caça e pesca amadora e profissional, bem como o comércio de pescado.
- Lei nº 9605/98, Decreto nº 6514/2008, Lei Distrital nº 41/1989, Lei Distrital nº 3031/2002, Decreto Distrital nº 37506/2016 e Lei Complementar nº 140/2011, para fiscalização do comércio, transporte, depósito e beneficiamento de produtos e sub-produtos de origem florestal nativa (Sistema DOF).

No que tange à execução orçamentária das ações de Fortalecimento, Modernização e Realização das Atividades de Fiscalização, em que pese a extensa lista de

necessidades da unidade (equipamentos de GPS, câmeras profissionais, livros, binóculos, trenas, paquímetros, etc.), as realizações se restringiram à:

- Calibração dos equipamentos denominados decibelímetros, conferindo maior segurança jurídica e técnica nas medições de ruídos e sons realizados pela fiscalização de poluição sonora.
- Aquisição de coletes balísticos, visando à garantia da integridade física e a vida dos auditores fiscais quando do cumprimento de suas atribuições funcionais.
- Aquisição de lupas, para utilização na identificação de produtos e subprodutos de origem florestal, bem como nas atividades de fiscalização de passeriformes.
- Aquisição de sacos estanque, para proteção dos equipamentos e formulários utilizados em situações de chuva, locais encharcados, embarcações, etc.
- Aquisição de coletes e cones de sinalização refletivos, para proteção dos auditores fiscais em suas atividades, a fim de aumentar a segurança nas vias, barreiras, etc.
- Aquisição de binóculos, para fiscalização de desmatamentos, poluição de corpos hídricos e outros tipos de degradação.
- Aquisição de lacres/adesivos, para utilização nas atividades interdição e embargo.

Apesar das dificuldades encontradas para aquisições em geral, devido a restrições orçamentárias, o Ibram avançou no sentido fornecer maior estrutura às atividades de fiscalização ambiental, com destaque para a aquisição de coletes balísticos, sendo esta uma reivindicação antiga dos auditores fiscais.

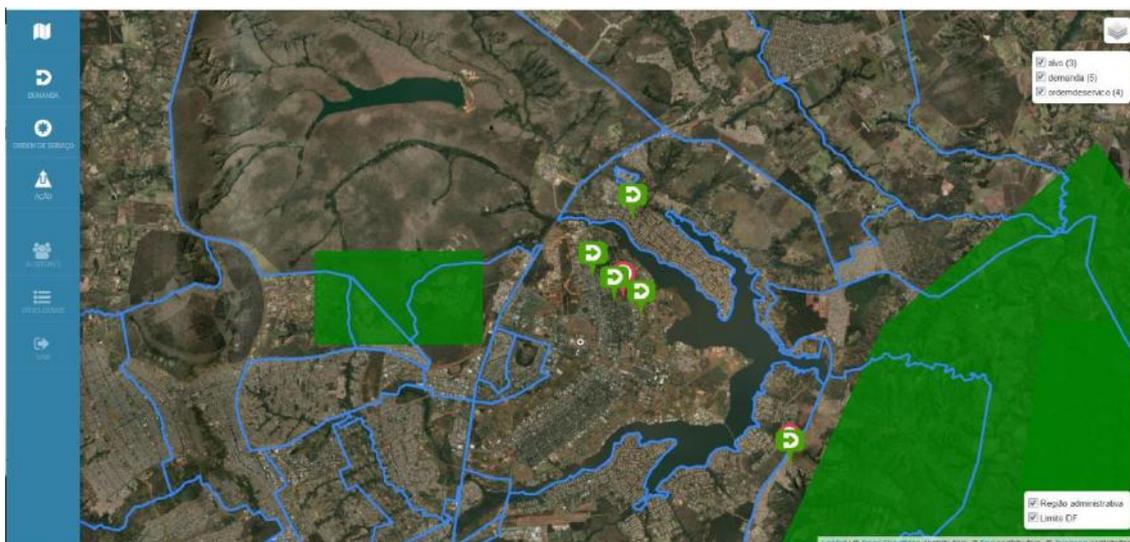
Outras ações específicas para a melhoria da fiscalização do Ibram estão vinculadas ao aperfeiçoamento dos processos internos de trabalho, alcançando resultados significativos. Dentre as realizações destaca-se a reformulação do processo de análise e julgamento, em primeira instância, dos autos de infração ambiental lavrados pelos auditores fiscais do Instituto. A partir da contratação dos serviços de consultoria especializada e do trabalho integrado entre servidores de vários setores do Ibram, foi idealizado um novo processo de trabalho.

A partir da modelagem concebida, foi publicada a Instrução Normativa Ibram nº 411/2017, que estabeleceu um processo de julgamento significativamente mais célere e efetivo, a partir da criação da Comissão de Instrução e Julgamento de Auto de Infração Ambiental - CIJU.

As etapas do processo que anteriormente eram desempenhadas apenas pela Procuradoria Jurídica e pela Presidência do Instituto, passaram a ser realizadas por duas comissões, uma composta por servidores responsáveis pela análise dos autos expedidos e outra composta pelo Secretário Geral e quatro Superintendentes, responsáveis por julgar os pareceres expedidos pela primeira comissão.

Em sete meses de trabalho com o novo modelo, foram julgados 2.258 autos de infração, correspondente, em sua maioria, ao passivo de processos dos anos de 2013 a 2016 que até então se encontravam pendentes de julgamento. O resultado dos trabalhos realizados em 2017 gerou uma expectativa de arrecadação de R\$ 15,4 milhões.

Outro ganho considerável se deu a partir do desenvolvimento de uma ferramenta de tecnologia, na qual os auditores fiscais passaram a alimentar com as informações das ações fiscais, possibilitando a criação de um mapa de incidência, dando mais eficiência na gestão de demandas e disponibilização de informações ambientais.



Exemplo de Mapa de Incidência de Ações Fiscais

Destaca-se ainda, a elaboração de uma proposta (em fase final de análise) de um normativo para regulamentar a aplicação das penalidades de interdição e embargo de área, com definição de regras e prazos para que se promova a desinterdição.

Em relação à produção inerente às atividades de fiscalização ambiental, as quantidades são descritas a seguir:

Relatórios	Auto de Infração	Termo de interdição	Termo de Apreensão	Termo de Intimação	Réplica
2381	810	08	173	63	479

Importante destacar ainda, as ações de fiscalização integradas realizadas com outros órgãos, bem como a participação efetiva do Ibram em Comitês interinstitucionais, com destaque para o que segue:

- Ações integradas com o Departamento de Operações Aéreas da Polícia Civil;
- Ações integradas com a Delegacia de Meio Ambiente da Polícia Civil;
- Ações integradas com o Batalhão de Polícia Militar Ambiental;
- Capacitação do efetivo do Batalhão de Polícia Militar Ambiental para ações de Fauna;
- Participação no Comitê de Crise Hídrica;
- Participação na Junta Operacional da SSP DF;
- Participação no Comitê de Gestão do Território.

Com relação às operações de fiscalização realizadas durante o ano de 2017, foram significativos os resultados obtidos, conforme descrito a seguir:

**Ação:** Operação Madeira de Lei

**Descrição:** Foi realizada a primeira etapa da operação Madeira de Lei que tem como objetivo a fiscalização do setor madeireiro no DF que comercializa e industrializa madeira nativa. O DF é o terceiro consumidor brasileiro de madeira nativa, vinda principalmente da região amazônica. A gestão e fiscalização das operações de transporte, guarda e comércio de produtos e subprodutos florestais no Sistema DOF (SisDOF) foi assumida pelo Ibram em 2014.

**Resultados:** Nesta primeira etapa foram aplicados mais de R\$ 2,1 milhões em multas e doação da madeira apreendida à SEAGRI, PMDF (BAVOP, CCF e RPMON), Administração RA XXVI e Administração RA XVIII.



*Operação Madeira de Lei*

**Ação:** Acompanhamento da Operação de Desobstrução da Orla do Lago Paranoá (iniciada em 2016).

**Descrição:** Desobstrução da Orla do Lago Paranoá, em parceria com a AGEFIS, como suporte ambiental das ações de desobstruções, com foco na preservação ambiental da Área de Preservação Permanente do Lago Paranoá.

**Resultados:** Foram evitados quaisquer danos ao meio ambiente durante o processo de desobstrução.



*Desobstrução da Orla do Lago Paranó*



*Desobstrução da Orla do Lago Paranoá*

**Ação:** Projeto Orla Livre

**Descrição:** Projeto estratégico do Governo de Brasília, iniciado em 2015, da qual a Operação Orla do Ibram, tem como objetivo retomar e recuperar espaços públicos localizados junto à orla do Lago Paranoá, de forma a conciliar o uso de toda a população com o equilíbrio ecológico.

**Resultados:** A orla da península do Lago Norte teve um total de 671.000 m<sup>2</sup> (seiscentos e setenta e um mil metros quadrados) de área desobstruída, percorrendo um recuo de 139 lotes. Já a orla do Lago Sul teve, até a primeira semana de dezembro de 2017, uma área de 1.007.836,36m<sup>2</sup> (um milhão e sete mil metros quadrados) desobstruídas.

**Ação:** Peixe Vivo (iniciada em 2017)

**Descrição:** O Projeto "Como pode um Peixe Vivo", iniciado em 2017, tem por objetivo revitalizar toda a Bacia Hidrográfica do Riacho Fundo, bem como resguardar espécie endêmica da região, o peixe Pirá Brasília (*Simpsonichthys boitonei*).

**Resultados:** Revitalização da bacia do Riacho Fundo (em andamento/operações contínuas).



*Projeto Como Pode um Peixe Vivo...*

**Ação:** Acqua Munda

**Descrição:** A Operação, iniciada em 2015, visa resguardar as Áreas de Preservação Permanentes - APPs dos corpos hídricos do Distrito Federal, coibindo ações degradadoras e impondo medidas protetivas ao meio ambiente, com a remoção e desconstituição de intervenções sem anuência, licença ou autorização do Órgão ambiental.

**Resultados:** Recuperação de áreas de preservação permanente dos mananciais do Lago Paranoá, num total de sete córregos (em andamento/ operações contínuas).

**Ação:** Barreiras

**Descrição:** Promoção de barreiras rodoviárias em rotas de entrada do Distrito Federal para coibir a entrada ilegal de produtos e subprodutos de origem Florestal e tráfico de animais.

**Resultados:** Coibição do tráfico de animais, pesca e entrada de madeira ilegal no DF (operação contínua).

**Ação:** Operação Descoberto

**Descrição:** Com a experiência adquirida na operação "Acqua Munda", o Ibram organizou uma ação no Rio Descoberto, que contou com a participação de todos os Auditores Fiscais do Instituto.

**Ação:** Jardim Botânico de Brasília (JBB)

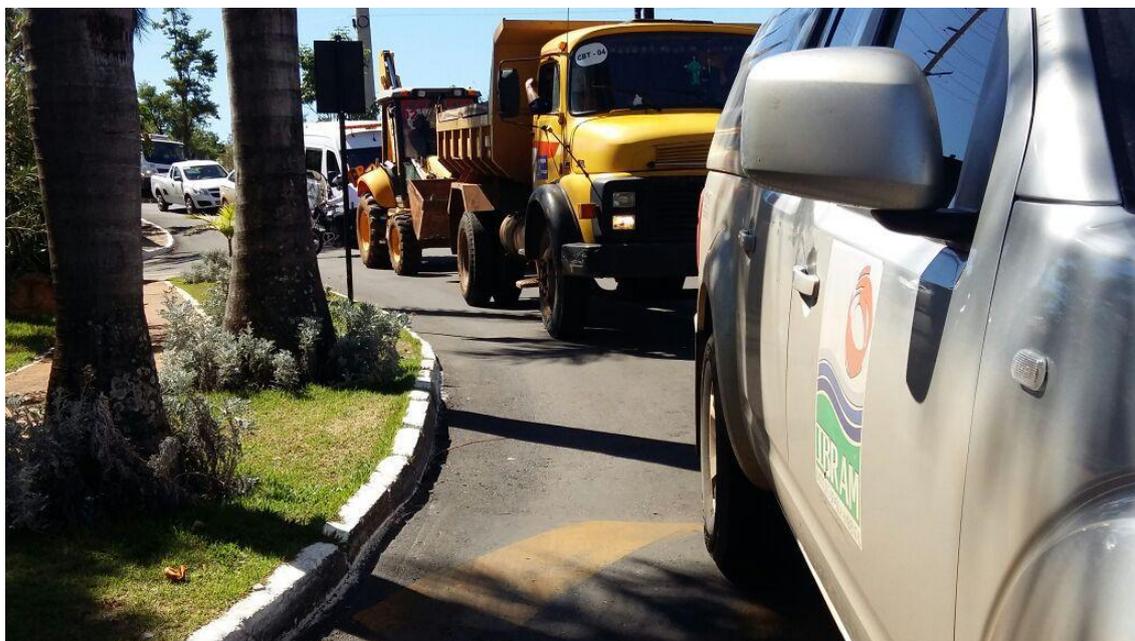
**Descrição:** Em atendimento à demanda do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, para avaliar o cumprimento de Autos de Infração aplicados no ano de 2009 na quadra 17 da RA XVI, foi realizada operação para verificar o cumprimento da primeira ação e caso não cumprido, determinar a recuperação da área de APP na referida Unidade de Conservação de Proteção Integral.

**Resultados:** Recuperação da área degradada do JBB - QI 17 da RA 16.

**Ação:** Desocupação de Unidades de Conservação

**Descrição:** Coibição das ocupações irregulares em UCs

**Resultados:** Desocupações, em parceria com outros órgãos, das habitações irregulares no Parque Ecológico Ezequias Heringer (remoção de 320 edificações), Reserva Biológica do Guará (desconstituídos 3 mil m<sup>2</sup> de edificações), Parque do Retirinho (remoção de 730 edificações), Parque Burle Marx (remoção de 20 barracos), Parque da Candangolândia.



*Desocupação de Unidades de Conservação*

**Ação:** Operação Jingle Bells (iniciada em 2016)

**Descrição:** operação que visou à vistoria de Criadores Amadoristas de Passeriformes do DF com licença ativa.

**Resultados:** Aplicação de R\$ 134 mil em multas. Realizada apreensão de 42 aves da fauna silvestre brasileira.

**Ação:** Operação Ruas

**Descrição:** A Operação Ruas, que ocorre a cada quadrimestre, visa coibir o tráfico de animais silvestres, sua apanha em local natural, maus tratos e preservar os processos naturais para conservação das espécies silvestres.

**Resultados:** Apreendidas mais de 500 aves silvestres, que são posteriormente devolvidas à natureza.



*Operação Ruas*

**Ação:** Operação Lacustre

**Descrição:** Operação permanente que tem como finalidade coibir a pesca ilegal e predatória no Lago Paranoá e corpos hídricos que o abastecem, contando com o apoio do Batalhão Militar Lacustre.

**Ação:** SISPASS (iniciada em 2014)

**Descrição:** ação permanente que verifica as ilegalidades e as conformidades dos plantéis descritos no Sistema Sispass.

**Resultados:** 77% dos criadores cadastrados e fiscalizados apresentam algum tipo de irregularidade. Foram apreendidos cerca de 1.300 animais.

**Ação:** Delivery (iniciada em 2015)

**Descrição:** Ação preventiva que tem como objetivo impedir o tráfico de aves silvestres ameaçadas. Após o nascimento da ave em cativeiro uma equipe é deslocada para o local a fim de verificar a existência do nascimento bem como levar a anilha (selo público) para colocação na ave.

**Resultados:** entrega de aproximadamente 400 anilhas.

**Ação:** Serviços de Inteligência realizado em São Sebastião, com apoio da Polícia Civil (DOA/PCDF)

**Descrição:** Ação com apoio do Departamento de Operações Aéreas da Polícia Civil para subsidiar Comitê de Gestão do Território, feito em conjunto com AGEFIS.

**Resultado:** Mapeamento de uso e ocupação do solo da área.



*Operação conjunta com a Polícia Civil*

**Ação:** Operação Crise Hídrica - Descoberto

**Descrição:** Identificação, autuação e orientação empreendimentos potencialmente poluidores ou grandes consumidores de água na Bacia do Descoberto.

**Resultado:** Foram realizadas ações fiscais em 104 empreendimentos, sendo 22 pisciculturas e turismo rural. Destes, 27 operavam com algum tipo de irregularidade ambiental, sendo 07 pisciculturas.

**Ação:** Operação Crise Hídrica - DF

**Descrição:** Identificar, autuação e orientação empreendimentos de turismo rural e pesque pague em todo o Distrito Federal.

**Resultado:** Foram fiscalizados 14 pisciculturas e turismo rural em todo DF, pois são atividades que tem elevado consumo de água, dos quais 09 apresentaram irregularidades ambientais.

**Ação:** Operação Postos de Abastecimento

**Descrição:** Verificação da conformidade ambiental dessa atividade com alto potencial poluidor.

**Resultado:** Foram auditados processos de licenciamento ambiental e 66 postos de abastecimento foram fiscalizados presencialmente.

**Ação:** Operação Clandestino

**Descrição:** Identificar de estabelecimentos que desenvolviam atividades licenciáveis sem licença ambiental ou processo em andamento no Ibram e trazê-los para a regularidade.

**Resultado:** Foram realizadas 27 ações fiscais.



*Operação Clandestino*

**Ação:** Operação com licença - SIA

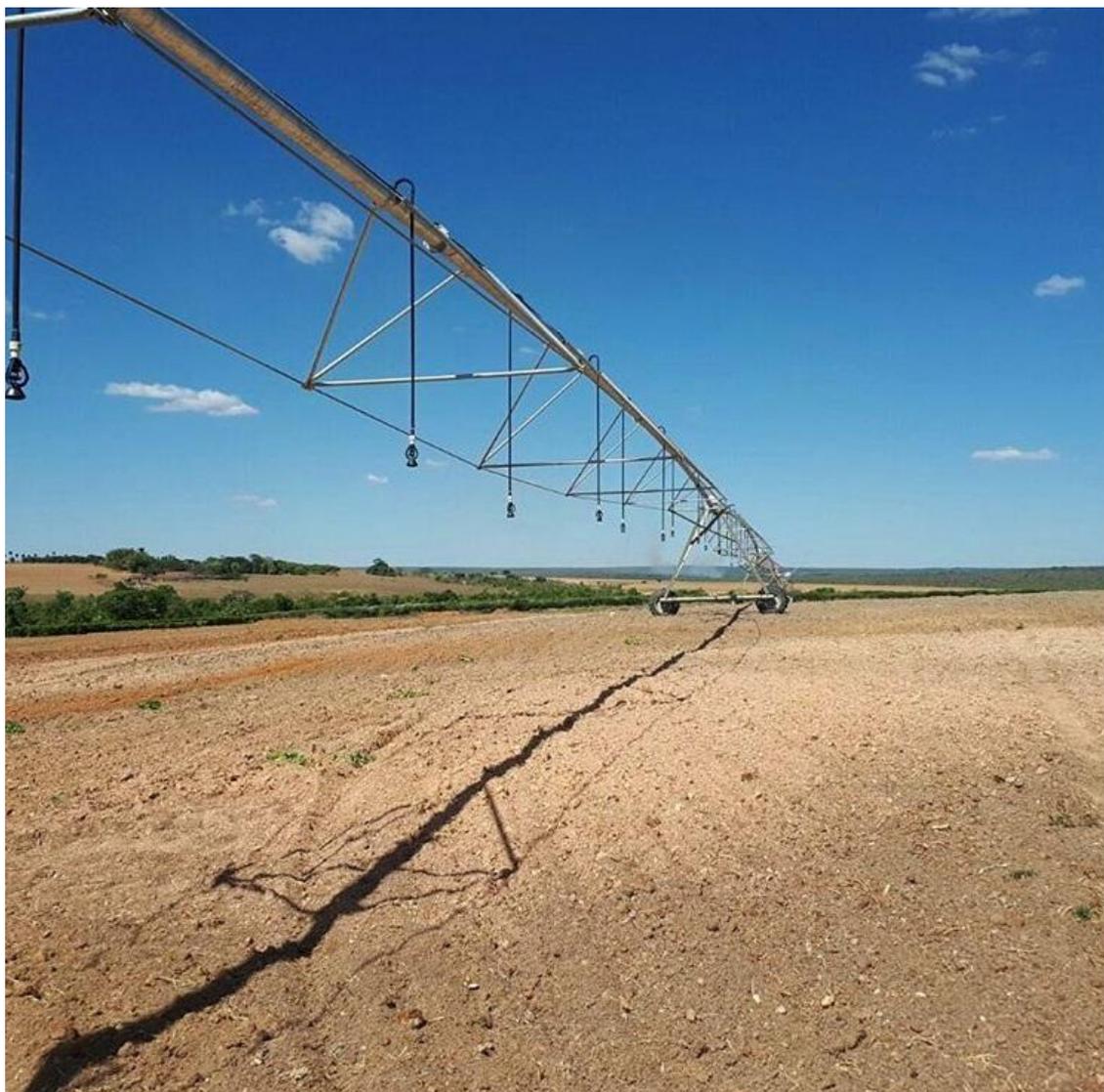
**Descrição:** Auditoria de processos de licenciamento ambiental e fiscalização das respectivas atividades de 21 estabelecimentos. Nesta operação a área de atuação escolhida foi geográfica, o Setor de Indústria e Abastecimento – SIA.

**Resultado:** 18 autuações.

**Ação:** Operação Campo Limpo

**Descrição:** Foram realizadas ações fiscais em 30 propriedades rurais em Planaltina para verificar conformidade de licenciamento ambiental ou Declaração de conformidade agropecuária.

**Resultado:** A operação resultou em 14 autuações.



*Operação Campo Limpo*

**Ação:** Operação Águas Claras

**Descrição:** Verificação do cumprimento de condicionantes de licenciamento ambiental e identificação de atividades licenciáveis clandestinas na região de Águas Claras.

**Resultado:** Foram realizadas 40 ações fiscais, com 15 autuações.

**Ação:** Operação contínua de controle de poluição sonora.

**Descrição:** Apuração de denúncias de infrações ambientais relacionadas à poluição sonora, identificando quem realmente está infringindo a lei.

**Resultado:** Em 2017 foram realizadas cerca de 3000 vistorias em 24 regiões administrativas, resultando em 334 autuações.

**Ação:** Operação eventos

**Descrição:** Identificação antecipada de eventos, para ação preventiva e repressiva.

**Ação:** Grupo de Trabalho para Criação de Câmaras de Conciliação e Convivência Urbana

**Descrição:** Criação de mecanismos e capacitação nas Administrações Regionais para lidar com os conflitos causados pela convivência urbana, especialmente os relacionados à ocupação dos espaços públicos e à poluição sonora.

## LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Com relação às atividades inerentes ao licenciamento ambiental, não ocorreram investimentos para modernização a partir dos recursos orçamentários de 2017. O Ibram optou por realizar as ações possíveis a partir da melhoria dos processos de trabalho.

Uma das iniciativas de grande impacto foi a redefinição dos fluxos de trabalho para a implantação do SEI - Sistema Eletrônico de Informações. Foram criados processos específicos para cada tipo de Ato Administrativo envolvendo o licenciamento ambiental - Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI), Licença de Operação (LI), Licença Ambiental Simplificada (LAS), Licença de Operação Corretiva (LOC) entre outras. Isso possibilitou uma melhor organização do processo como um todo, aumentando, assim, a eficiência na análise técnica.

Visando a adoção de documentos padronizados que dessem mais objetividade às análises em atendendo aos princípios administrativos da impessoalidade, eficiência e eficácia, foram elaborados e criados no SEI 47 Pareceres Técnicos Estruturados para as diversas atividades e fases do Licenciamento Ambiental. A partir da maturidade na utilização desses pareceres, espera-se uma maior celeridade na etapa de análise dos requerimentos recebidos pelo Ibram.

Ação semelhante se deu com a instituição de uma lista de verificação (*checklist*) contemplando 31 atividades licenciáveis, em cada uma das fases do licenciamento ordinário (LP, LI, LI - Ampliação/Reforma, LO, LOC e LO - Renovação) disponível em <http://www.ibram.df.gov.br/component/k2/item/3035-lista-de-documentos-para-abertura-de-processo-de-licenciamento-ambiental-checklist.html>. Esta iniciativa reduziu significativamente o retrabalho dos analistas, já que ficou mais clara para o interessado a relação de documentos necessários quando do requerimento da licença, bem como possibilitou aos conferentes maior facilidade e precisão no recebimento da documentação. Esta ação foi acompanhada pela publicação da Instrução Normativa Ibram nº 647/2017, regulando o processo de recebimento e de conferência de documentos relativos ao licenciamento ambiental.

Ainda nessa linha de trabalho, foram criados 20 Termos de Referência para padronizar as solicitações de estudos ambientais para as seguintes atividades: Abatedouro, Aquicultura, Armazenamento e Beneficiamento, Assentamento Rural, Área de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil - ATTR, Avicultura, Cemitério, Centro de Triagem de Resíduos, Drenagem, Ecoturismo, Esgotamento Sanitário, Extração de Água Mineral, Irrigação, Linha de Transmissão, Parcelamento de Solo Urbano, Pavimentação, Suinocultura, Transporte Rodoviário de Cargas Perigosas, Usina de Asfalto, Usina Dosadora de Concreto.

Durante o exercício foi instituída, por meio do Decreto nº 38.334/2017, uma força tarefa que possibilitou o incremento na força de trabalho do Ibram, a partir de 10 outros órgãos da Administração Pública, com o objetivo de analisar os processos de interesse público considerados prioritários pelo Governo.

Destaca-se ainda a publicação das Resoluções CONAM nº 09, 10 e 11 de 2017, normatizando, respectivamente, a autorização ambiental, dispensa de licenciamento ambiental e declaração de conformidade de atividade agropecuária.

Houve ainda, ao final de 2017, a implantação do novo sistema RLE@Digital, concebido para integrar a Administração Pública num processo simplificado e uniforme, facilitando ao interessado a abertura de empresas, baixas e licenciamentos. Neste contexto, o Ibram foi incluído com o processo de Consulta Prévia do Licenciamento Ambiental. Com a implantação do RLE, o interessado realiza a consulta inicial sobre os riscos ambientais de seu empreendimento, sem a necessidade de comparecimento ao Ibram. Caso a atividade se enquadre na relação daquelas que não apresentam riscos, ele fica dispensado das demais etapas.

Considerando que a análise de requerimentos para o seguimento postos de combustíveis não tem ocorrido a contento em relação às expectativas dos envolvidos, o Ibram disponibilizou ao público externo a IN 213/2013 (procedimentos para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis) para a contribuição popular, visando a elaboração do texto de uma nova Instrução.

Em agosto de 2017 o Ibram realizou uma força tarefa voltada aos processos de licenciamento de postos de combustível, com a finalidade de verificação de pendências documentais daqueles que estavam aguardando análise do Instituto. Na ocasião, aproveitou-se para migrar todos esses processos para o SEI. Foram analisados 183 pedidos de requerimento para Licença de Operação, Licença de Instalação e Licença Prévia. Desse total, apenas 16 processos estavam com a documentação regular e aptos à análise técnica. Como consequência, foram produzidas manifestações de pendência para todos os demais e encaminhadas ao empreendedor interessado para que ele apresente a documentação faltante.

Destaca-se também, o esforço despendido em prol das captações de água emergenciais, feito em conjunto com a CAESB, como parte do enfrentamento à crise hídrica quando os reservatórios do DF atingiram os menores níveis da história. Foram emitidas licenças para captação no Lago Paranoá, Ribeirão Bananal, Taboquinha e na região do Gama.



*Obra de captação de água do Lago Paranoá*

Entre as obras estruturantes, destacam-se os esforços concentrados para análise e emissão da licença ambiental que possibilitou a inauguração do Aterro Sanitário de Brasília. Com isso, iniciou-se o processo de desativação do Lixão da Estrutural, considerado pela ONU como o maior da América Latina. Houve, ainda, a priorização dos processos dos Centros de Triagem de resíduos, que oferecem melhor destinação aos resíduos sólidos, melhoria das condições de trabalho dos catadores e aumento da vida útil do Aterro Sanitário.



*Lixão da Estrutural*



*Aterro Sanitário de Brasília*

Considerando as atividades voltadas para a construção de habitações para população de baixa renda, apesar da equipe reduzida e envolvida nos diversos projetos, o Ibram emitiu importantes licenças para a regularização de sete áreas de interesse Social. São elas, bairro Crixá, Bonsucesso, Paranoá Parque, Quadras

ímpares da Samambaia, Riacho Fundo II (4ª e 5ª etapas) e Nova Planaltina. Ainda na temática Planejamento Metropolitano e Rural, e no compromisso em regularizar as ocupações historicamente consolidadas, especialmente os condomínios, foram emitidas licenças para regularização de condomínios na região do Tororó, licença para implantação de infraestrutura básica essencial de condomínios em regularização nos setores habitacionais: São Bartolomeu, Jardim Botânico e Estrada do Sol. Emissão de Licença de Instalação para as Glebas 2 e 4 do Setor Habitacional Vicente Pires, entre diversas outras ações voltadas para a regularização de parcelamento de solo em área urbana.



*Conjunto Habitacional licenciado*

Com relação à execução orçamentária no valor de R\$ 21.700,00 para as atividades de licenciamento ambiental, destaca-se a aquisição de equipamentos de GPS para auxílio aos analistas ambientais nos trabalhos de campo, na obtenção de dados de localização das atividades licenciadas, com potencial uso no Banco de Dados do Ibram. Os dados de localização por coordenadas passarão a ser informados no Parecer Estruturado e utilizados na emissão da Licença Ambiental, dando mais segurança ao Ato.

Em relação à produção da equipe técnica responsável pelas análises dos requerimentos por licenças ambientais, foi registrado um montante de 1.131 documentos técnicos (Parecer Técnicos, Informações Técnicas, Manifestações de Pendências e Despachos Decisórios).

Exclusivamente quanto aos Atos Autorizativos emitidos pelo Licenciamento Ambiental, tem-se a tabela que segue:

<b>Atos Autorizativos de Licenciamento Ambiental</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Licença Prévia	8	11
Licença de Instalação	27	45
Licença de Operação	55	88
Licença Simplificada	7	85
Dispensa de Licenciamento	425	450
Autorização Ambiental	50	57
Supressão de Vegetação	0	53
<b>Total</b>	<b>572</b>	<b>789</b>



O gráfico apresentado demonstra a evolução do biênio 2016-2017. Pode-se notar o aumento de, aproximadamente, 38% no quantitativo de Licenças emitidas. Isto ocorreu em razão das ações voltadas à melhoria dos procedimentos e processos do Licenciamento Ambiental. Espera-se que com a continuidade de investimentos em organização e modernização, seja possível melhorar ainda mais os números apresentados, entretanto uma melhoria substancial poderá ser observada quando for possível o aporte de recursos humanos.

Cabe reportar que o aumento observado na quantidade de atos expedidos não reflete em aumento de receita das tarifas de licenciamento ambiental dentro de um mesmo período, já que uma parte significativa das licenças expedidas decorrem de processos autuados em exercícios anteriores.

Importante ainda destacar que durante o ano de 2017, em decorrência do êxito quanto a Revisão 3, estendendo o prazo do Acordo de Cooperação Internacional entre Ibram, Unesco e ABC (Agência Brasileira de Cooperação), foi possível realizar um certame licitatório para contratação de uma fábrica de software que irá desenvolver um sistema para o Ibram ( com a especificação já concluída anteriormente), tendo como foco principal inicial, o processo de licenciamento ambiental. A expectativa é que o contrato esteja assinado no início de 2018, para que durante o ano o software seja desenvolvido.

De um modo geral, as principais dificuldades vividas pelo Ibram no que se refere à análise e emissão de licenças ambientais, foram: a desproporcionalidade de recursos humanos em relação à demanda; infraestrutura tecnológica inadequada; falta de investimento em cursos de aperfeiçoamento e qualificação da equipe técnica; dificuldade na gestão da informação com controle de prazos, filas e grande volume de demandas externas diversas que diminuem o fluxo e ritmo da análise ambiental específica dos processos de licenciamento.

Mesmo diante das dificuldades ao longo do ano houve um crescimento da produtividade do Licenciamento Ambiental, conforme dados apresentados. Contudo, maiores investimentos são necessários para ter um licenciamento eficiente e eficaz, com entregas positivas para a sociedade, e visando a manutenção do meio ambiente equilibrado.

## MONITORAMENTO AMBIENTAL

Em relação à temática Monitoramento Ambiental, o Ibram vem desenvolvendo alguns projetos e programas, conforme segue:

### Projeto Rodofauna

O Projeto Rodofauna tem como finalidade monitorar o impacto ambiental de rodovias sobre a fauna silvestre, identificando pontos críticos de acidentes a fim de direcionar a adoção de medidas mitigadoras, promovendo ações e estratégias conservacionistas e educativas. Dessa forma, são realizadas campanhas de carro para identificação de animais atropelados no entorno das principais Unidades de Conservação – UCs do DF. Desde 2016, vem sendo realizado o monitoramento ao redor da Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESECAE), percorrendo um trajeto pré-definido de 50 km.

No ano de 2017 foram registrados 221 animais atropelados no entorno daquela UC, representando uma queda de 49% em relação ao ano anterior. Do total de animais atropelados, 85% eram silvestres, sendo a maioria aves (49%).

### Lista de fauna ameaçada do DF

Além da lista de espécies ameaçadas do Brasil, publicada pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, os órgãos ambientais regionais são responsáveis pela confecção das listas regionais de fauna ameaçada. Para atender a essa responsabilidade, o Ibram, em parceria com a SEMARH-GO, está criando a lista de fauna ameaçada de extinção do Distrito Federal e Goiás com objetivo de indicar a quantidade de espécies que se encontram classificadas como regionalmente extintas, criticamente em perigo, quase ameaçadas, vulneráveis e, ainda, aquelas cujos dados foram considerados deficientes para serem classificadas.

### Projeto Mapear

O projeto tem como objetivo mapear as áreas degradadas e fitofisionomias do Distrito Federal - por meio de trabalho de campo, captação de pontos com uso do GPS e análise de imagens de satélite - identificando os tipos de degradação e ocupação do solo de maneira a auxiliar estratégias e ações futuras para a recuperação de áreas degradadas e manutenção dos recursos naturais, da fauna silvestre e da vegetação nativa.

Em 2017 iniciou-se a atualização dos dados do projeto, para redefinição das classes de uso do solo a serem mapeadas a fim de garantir que as classes de interesse de todo o Ibram fossem contempladas no Projeto, bem como, a definição das Unidades de Conservação prioritárias a serem trabalhadas a partir de 2018.

### Projeto Geoclima

A proposta desse projeto é a criação do sistema de monitoramento geo-climático, riscos e qualidade ambiental composto pelos módulos de: monitoramento do tempo e clima (precipitação, temperatura, umidade relativa do ar, pressão barométrica, radiação solar e radiação ultravioleta), monitoramento da qualidade do ar, monitoramento das áreas de encostas e bacias hidrográficas. Tal sistema funcionará de forma integrada, possibilitando, assim, a realização de previsões, cenários, modelagem climática-ambiental, estudos e diagnósticos sobre as alterações climáticas no Distrito Federal, fomentando um módulo de gerenciamento de risco e

alerta para eventos extremos, principalmente relacionados às chuvas e à qualidade do ar. Dessa forma, as informações obtidas serão organizadas e modeladas em uma base, acoplada a um sistema *online* georeferenciado para visualização e disponibilização de dados, que subsidiarão a gestão e planejamento ambiental-urbano, além de facilitar diversos tipos de diagnóstico ambiental e ações de fiscalização, entre outras atividades. Tal sistema poderá ter seus dados divulgados pelos veículos de mídia privados e governamentais que tenham interesse sobre o tema.

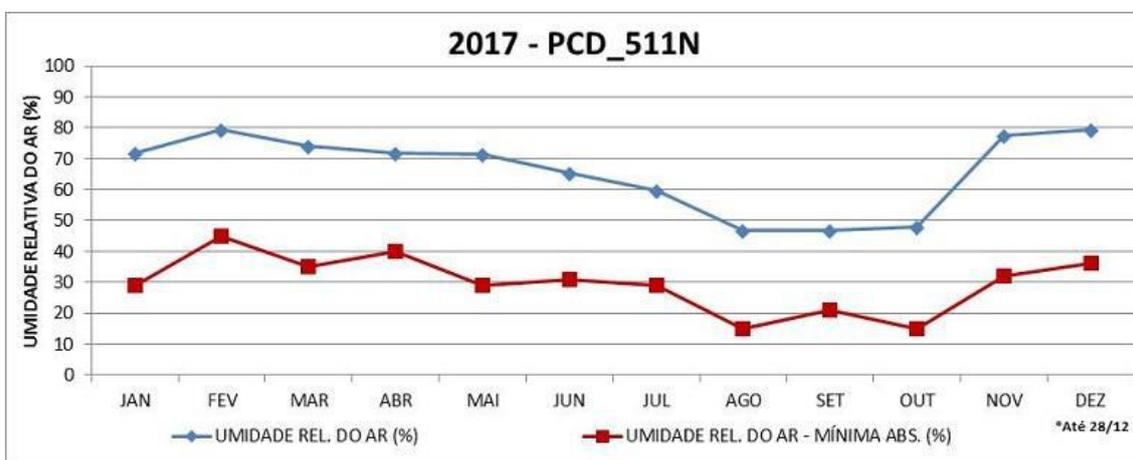
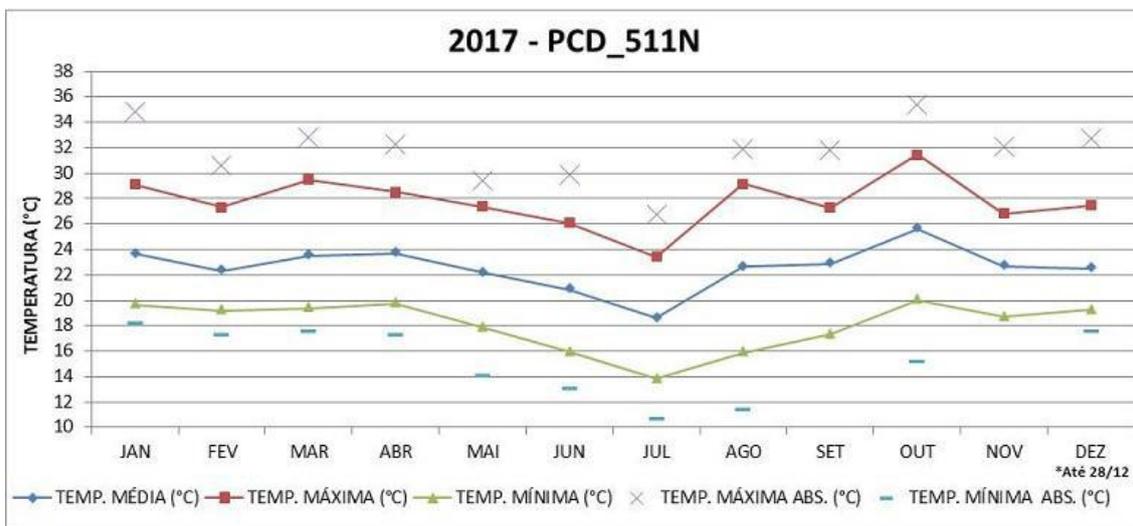
Ao final de 2017 foi instalada uma estação meteorológica no Zoológico de Brasília, com envio dos dados remotamente, via modem celular, a um servidor FTP do Ibram.

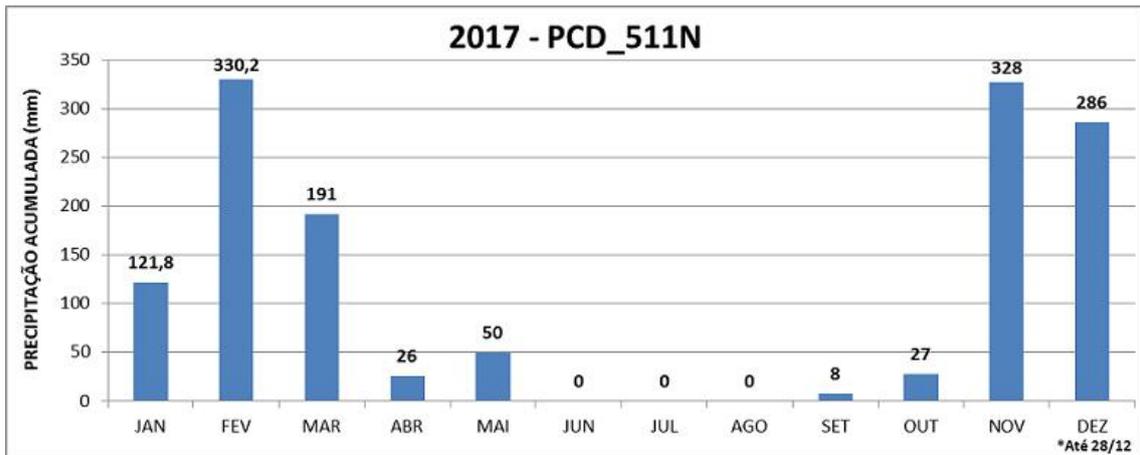
Além disso, estão em atividade 03 pontos de coleta de dados (PCD) e as coletas permaneceram de forma manual feitas quinzenalmente, que são as estações instaladas: na sede do órgão ambiental (PCD\_511 Norte), Rodoviária do Plano Piloto (PCD\_ROD) e Jardim Botânico de Brasília (PCD\_JBB).

Em relação às informações pluviométricas, a base do Ibram é alimentada com os dados capturados a partir das estações próprias, bem como com o que é gerado pelo INMET, ADASA e CAESB. De forma semelhante, a base de dados climatológica também é atualizada a partir das origens citadas, com acréscimo do que é produzido pelo INMET.

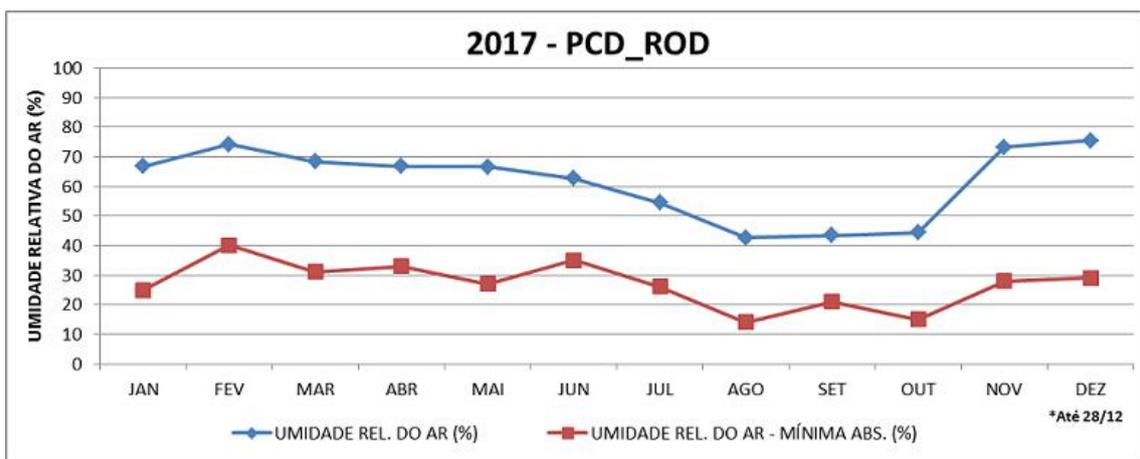
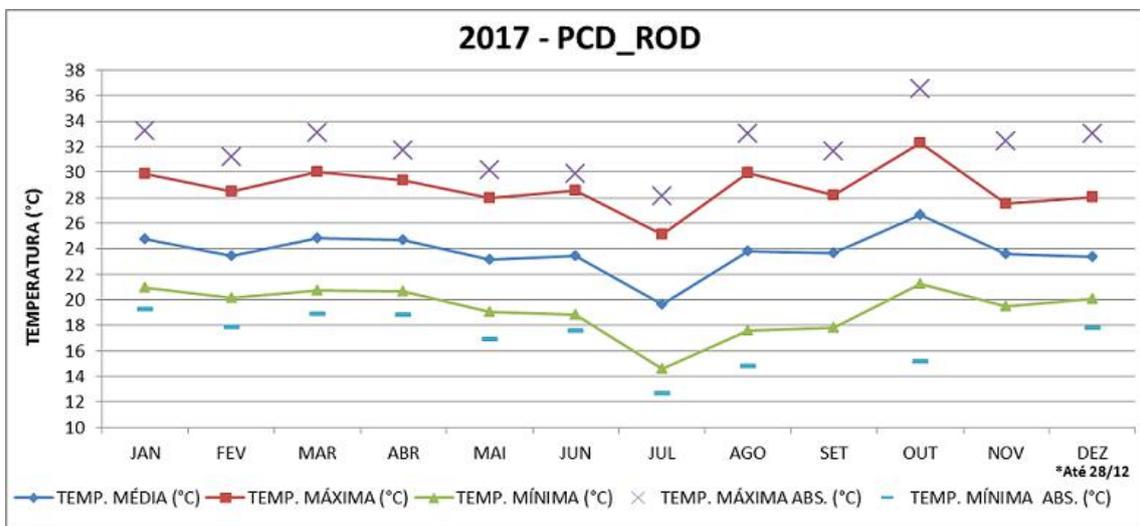
A seguir são apresentados os históricos dos pontos de coleta das estações meteorológicas do Ibram:

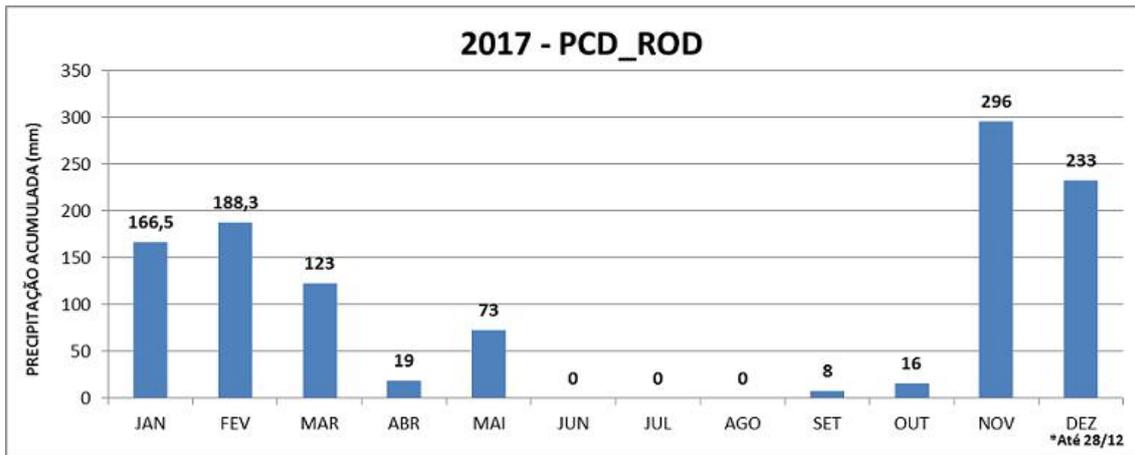
Dados Meteorológicos - Estação 511 Norte.



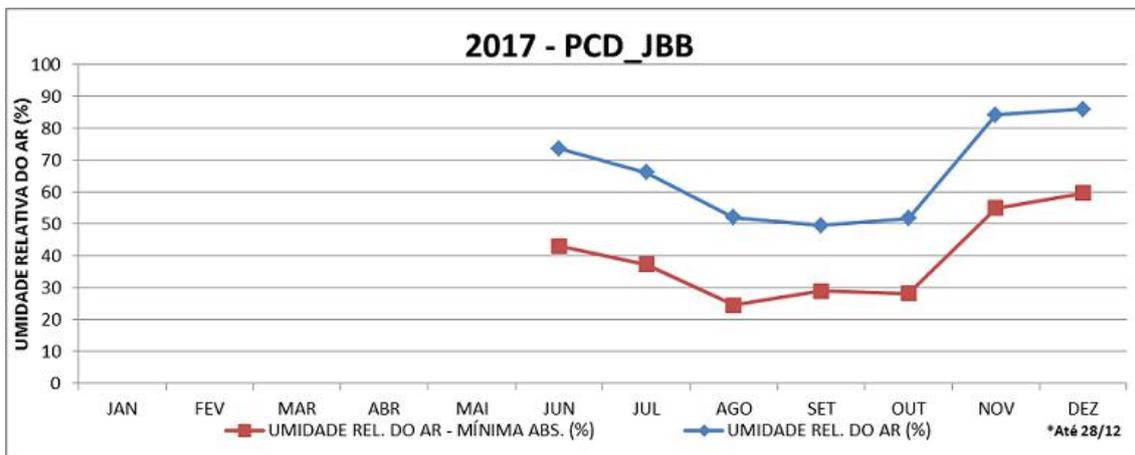
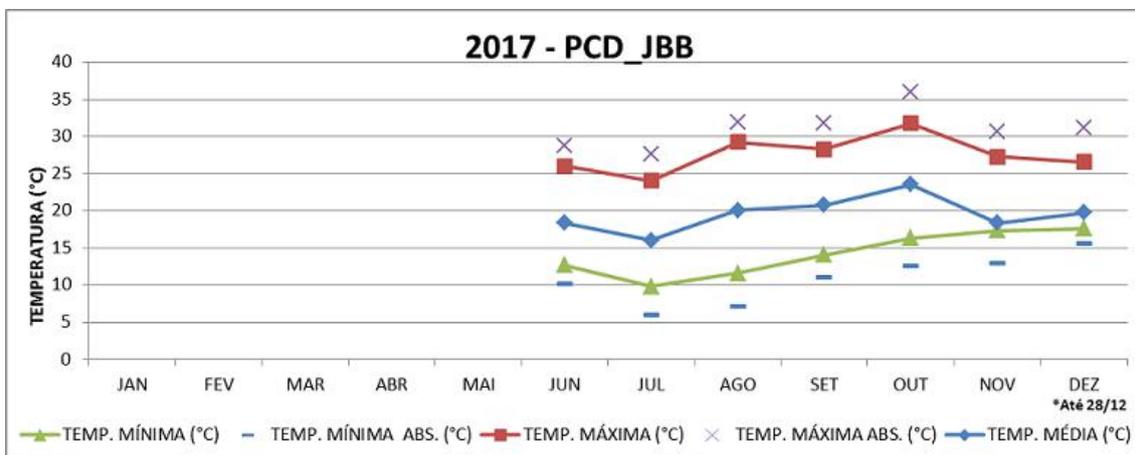


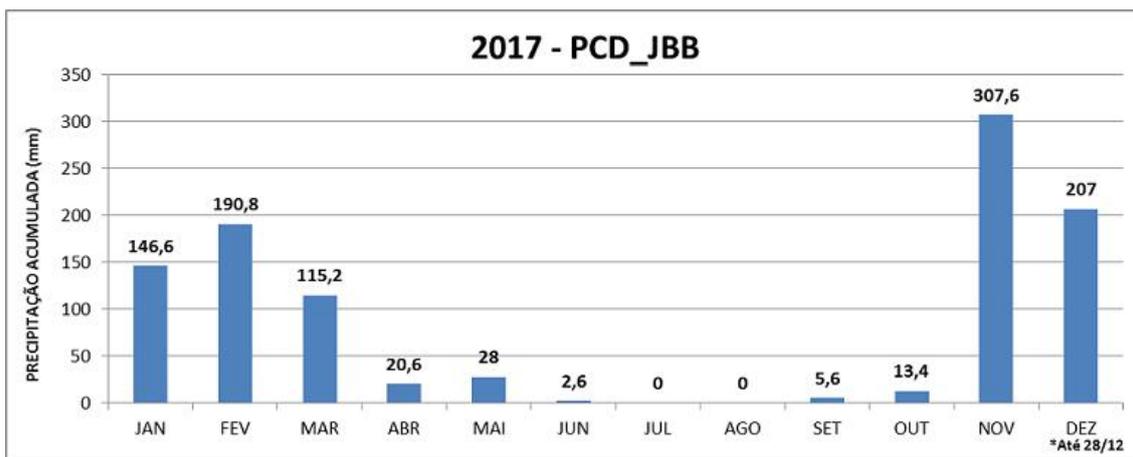
Dados Meteorológicos - Estação da Rodoviária do Plano Piloto.





Dados Meteorológicos - Estação Jardim Botânico de Brasília.





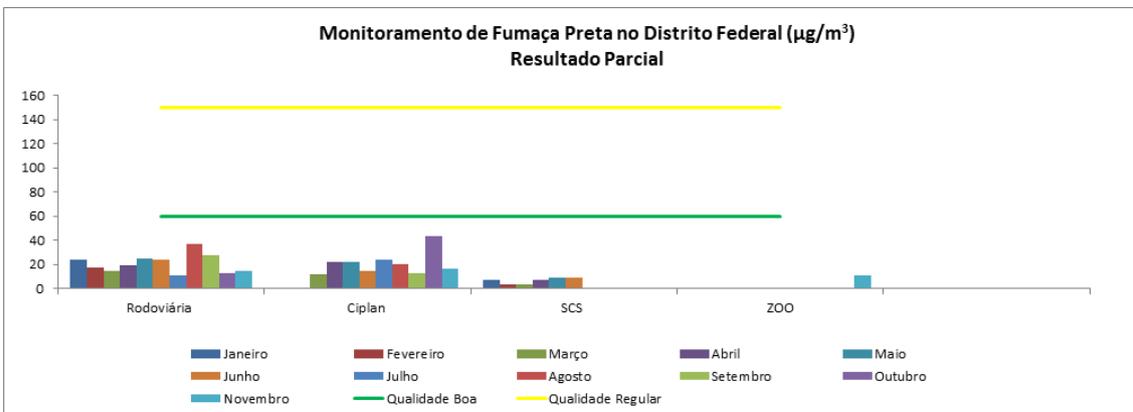
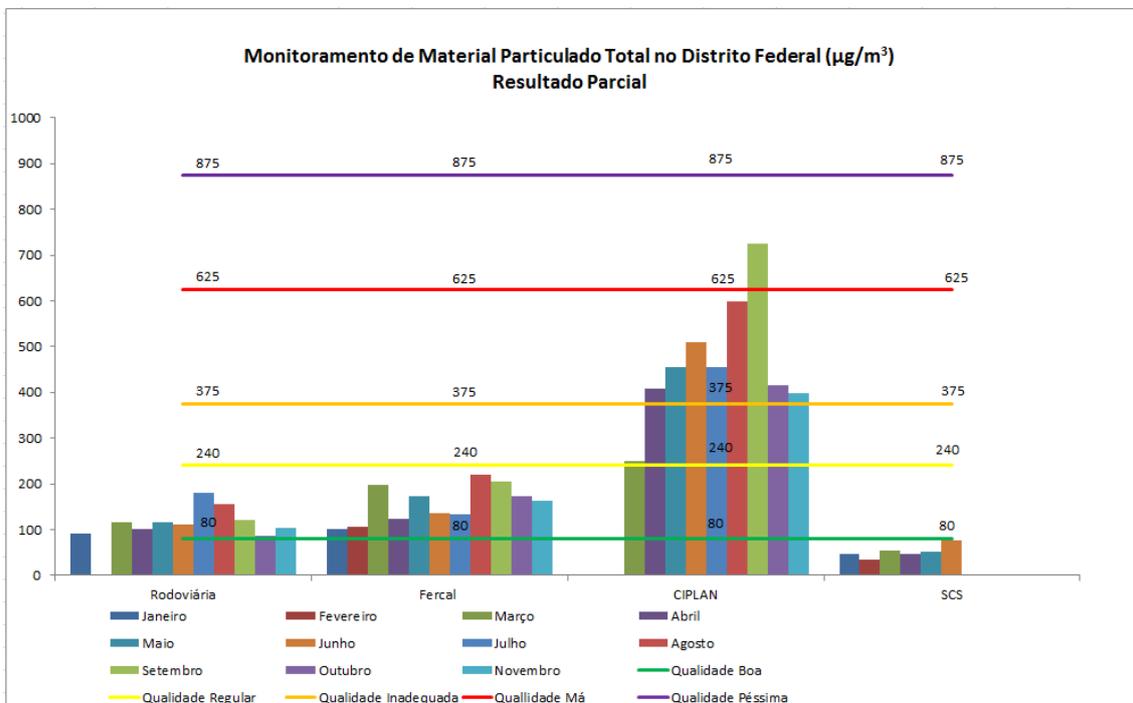
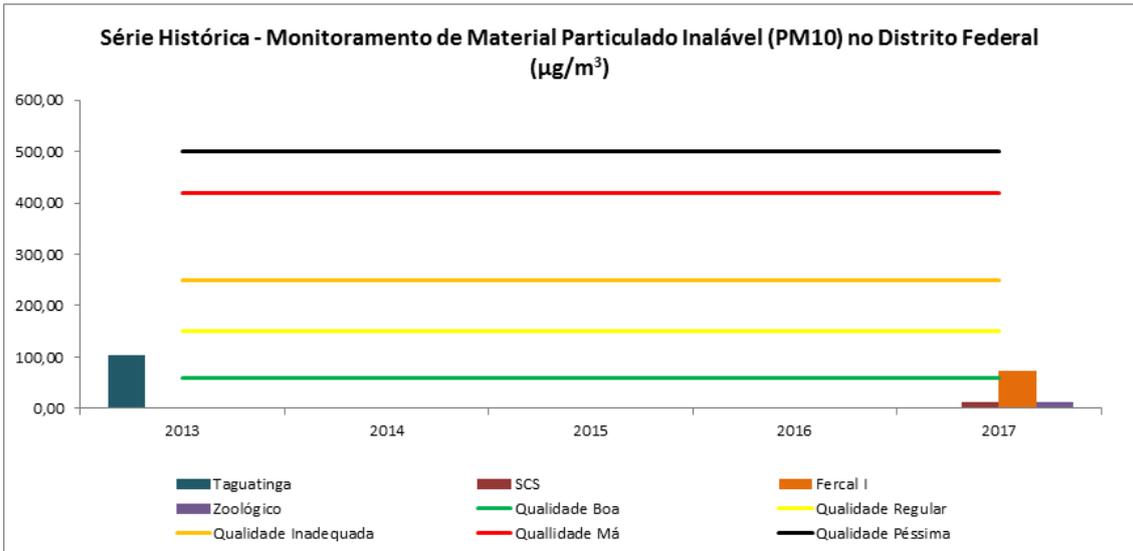
### Programa da qualidade do ar

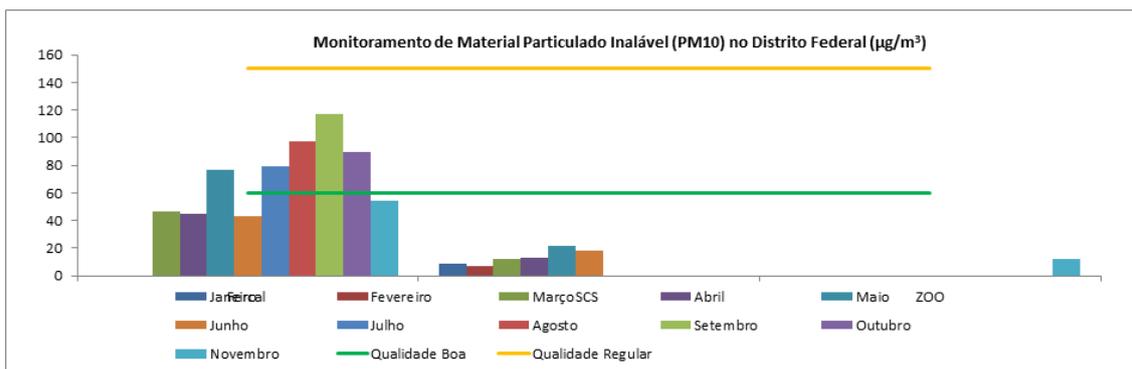
O ano de 2017 foi de muitas atividades no âmbito do Programa da Qualidade do Ar. Além daquelas que são rotineiras, ocorreram melhorias nos pontos de monitoramento da Rodoviária e da Fercal, bem como a instalação de novas estações meteorológicas. Além disso, fez-se necessário, por motivos de segurança, transferir a estação do Setor Comercial Sul para o Jardim Zoológico de Brasília.

Na Fercal e no Zoológico foram instalados equipamentos de monitoramento de material particulado inalável (PM10) que é mais nocivo e por isso mais relevante que o material particulado total (PTS). O material particulado inalável tem capacidade de chegar dentro dos organismos humanos e resulta em danos graves à saúde.

Cabe ressaltar que o início do processo de monitoramento de material particulado inalável a partir da Estação Jardim Zoológico se deu ao final do ano de 2017 e, portanto, os dados ainda não são representativos. Na medida em que essa série histórica evolua, as informações produzidas poderão nortear a definição de políticas públicas voltadas ao meio ambiente à saúde. Destaca-se que as informações produzidas são mensalmente publicadas em <http://www.ibram.df.gov.br/informacoes/meio-ambiente/qualidade-do-ar.html>.

A seguir são apresentados os resultados apurados até a data de elaboração deste relatório:





Durante todo o ano o Ibram trabalhou prospectando parcerias para a celebração de acordos de cooperação técnica, como por exemplo, com a UnB, IFB, Jardim Zoológico e UniCEUB. Ao final do ano já havia tido sucesso junto aos dois últimos, com destaque para o plano de trabalho estabelecido junto ao UniCEUB, prevendo a realização de capacitações e o intercâmbio de equipamentos.



Estação de monitoramento Jardim Zoológico

A participação do Ibram no Grupo de Trabalho para revisão da Resolução CONAMA nº3/1990, que dispõe sobre os padrões da qualidade do ar, apontou para a necessidade de uma grande modernização no programa, alterando os poluentes tradicionalmente monitorados de material particulado total e fumaça, para material particulado inalável (PM10), material particulado fino (PM2,5), monóxido de carbono, dióxido de enxofre, dióxido de nitrogênio e ozônio.

Durante o ano de 2017 foram adquiridos bens de uso durável e materiais para a manutenção da rede de monitoramento da qualidade do ar, como transformadores elétricos, fios e plugues. Além disso, houve a compra de placas e adesivos de identificação dos equipamentos do Ibram para divulgação do site para obtenção dos resultados.

Destaca-se ainda, a obtenção de recursos de compensação ambiental para a instalação de cinco novos pontos de monitoramento nas regiões de Águas Claras, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará e Cidade Estrutural. Já em relação à tentativa por meio de seleção pública da FAP-DF, não houve êxito.

Apesar da indisponibilidade orçamentária para a realização de capacitações, alguns treinamentos foram viabilizados para a equipe responsável pelas atividades de monitoramento ambiental, como gerenciamento de áreas contaminadas, técnicas

de investigação de áreas contaminadas, licenciamento ambiental de postos de combustível, metodologia para inventário nacional de mercúrio, entre outros.

### Ruído ambiental

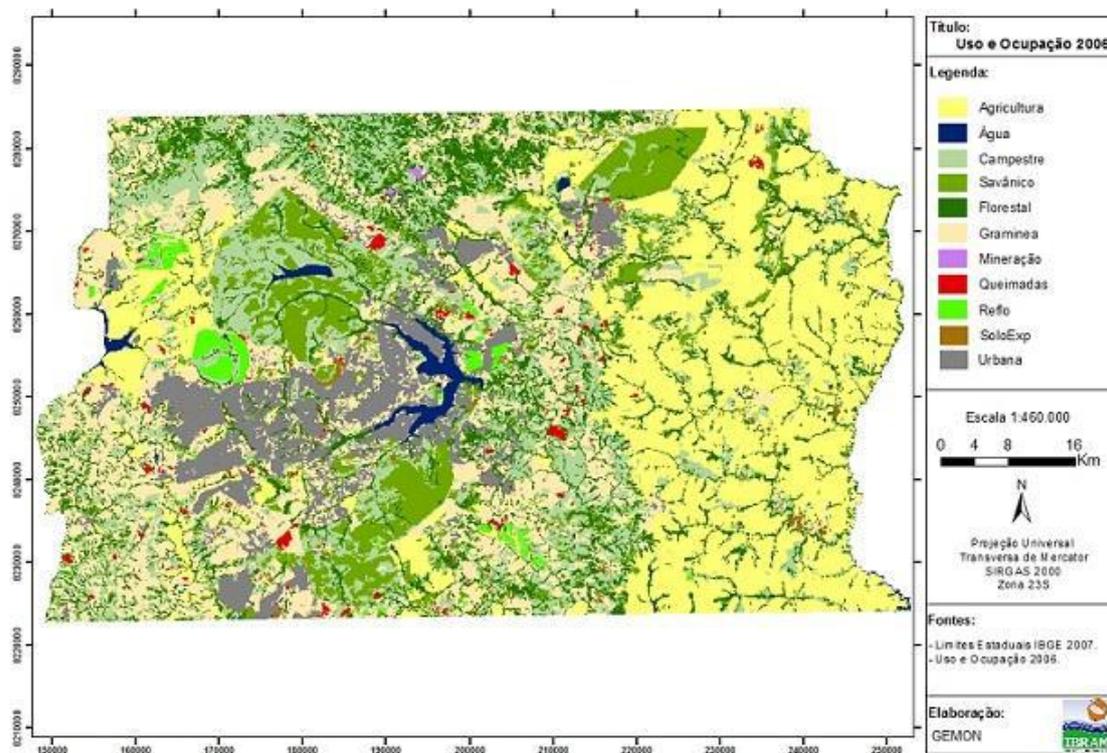
O monitoramento do ruído ambiental tem como objetivo identificar as fontes geradoras de poluição sonora. Entre as atividades realizadas durante o ano, destaca-se o monitoramento do ruído provocado pelos automóveis no interior do Zoológico de Brasília, realizado em parceria com o UNICEUB e Administração do Zoológico.

### Sensoriamento remoto

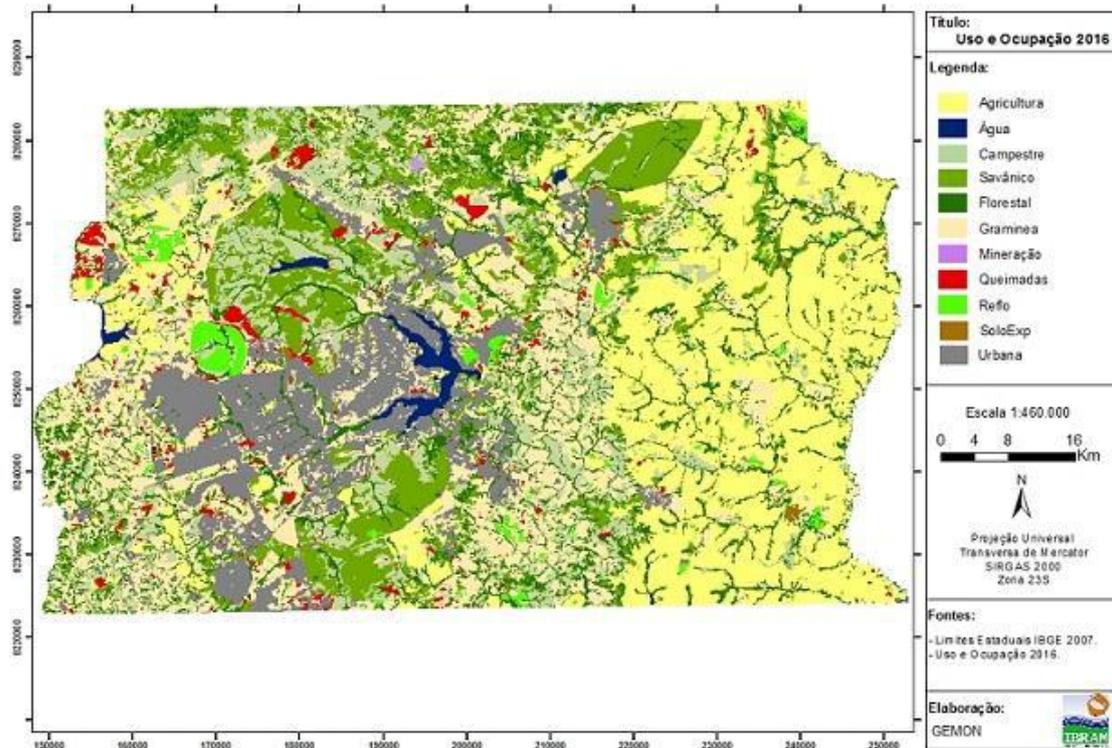
No decorrer do ano de 2017 foram desenvolvidas atividades voltadas para a classificação do uso e ocupação do solo do Distrito Federal e da Bacia do Riacho Fundo, a partir de processamento digital de imagens de sensoriamento remoto – PDI, envolvendo desenvolvimento de metodologias de classificação e de validação de resultados.

A seguir, são listadas as principais atividades desenvolvidas ao longo do ano:

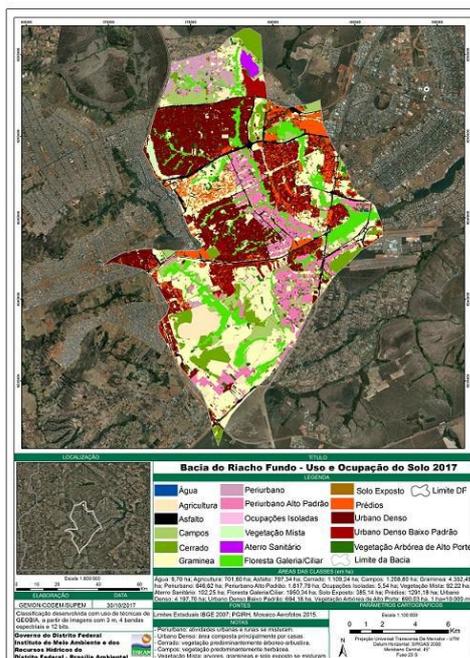
- Classificação de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal com uso de imagens Landsat 5 - Ano 2006: Desenvolvimento de metodologia de classificação; Execução da classificação; Edição dos resultados e Desenvolvimento de metodologia de validação dos resultados (em execução).



- Classificação de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal com uso de imagens Landsat 8 - Ano 2016: Desenvolvimento de metodologia de classificação; Execução da classificação; Edição dos resultados e Desenvolvimento de metodologia de validação dos resultados (em execução).



- Detecção de Mudanças no Uso e Ocupação do Solo Do Distrito Federal – Anos 2006 e 2016: Desenvolvimento de metodologia de detecção de mudanças a partir das classificações dos anos 2006 e 2016; Execução da Detecção de Mudanças e Edição dos resultados (em execução).
- Classificação de Uso e Ocupação do Solo da Bacia do Riacho Fundo - Ano 2017: Desenvolvimento de metodologia de classificação; Execução da classificação; Edição dos resultados; Preenchimento dos metadados e Disponibilização dos resultados em arquivo vetorial e dos metadados.



- Classificação de Uso e Ocupação do Solo do Parque Burle Marx e do Setor Noroeste - Anos 2009, 2014 e 2017: Desenvolvimento de metodologia de classificação; Execução da classificação por vetorização em tela e Disponibilização dos resultados mediante elaboração de Informação Técnica.

Uma grande conquista obtida durante o ano foi a aquisição de imagens de satélite a partir do software Planet Scope, bem como, os alertas de perda de vegetação e queimadas. São imagens de alta resolução espacial-temporal que irão possibilitar, por meio do sensoriamento remoto, o monitoramento de unidades de conservação, áreas com restrição ambiental e remanescentes de cerrado. A aquisição se deu por meio de recursos de compensação ambiental e o fornecimento de imagens se dará por um período de dois anos.

## RECURSOS HÍDRICOS

Em relação às ações voltadas aos recursos hídricos, o Ibram participou ativamente das reuniões do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH DF e de suas Câmaras Técnicas; Comitês de Bacia Hidrográfica - CBH – Maranhão, Preto e Paranoá, no âmbito do Distrito Federal, e Paranaíba, na esfera Federal; Grupo de Trabalho Integração do CBH Paranaíba. O Ibram tem cadeira como representante do CBH Paranoá; Grupo de Acompanhamento da Crise Hídrica do DF; Grupo de acompanhamento dos níveis altimétricos do Lago Paranoá; grupo de trabalho de monitoramento do Produtor de Água do Pípiripau; grupo temático sobre Ações Transversais do 8º Fórum Mundial da Água; participação nas ações do PROGESTÃO – Ibram, Adasa e Sema; análise de monitoramento qualidade e quantidade de água referente aos processos de licenciamento ambiental; organização e execução do Workshop – *Nascentes e outros Conceitos relacionados aos recursos hídricos* – realizado na EGOV, com a participação de aproximadamente 120 pessoas e 07 palestrantes.

### Programa Adote uma nascente - PAN

O Programa Adote uma Nascente - PAN foi criado em 2001, tendo sua metodologia atualizada em 2010, por meio do Decreto nº 32045/2010. O Programa tem como objetivo apoiar a adoção de medidas de melhoria das condições ambientais de nascentes, olhos d'água e a área de recarga no território do Distrito Federal, no sentido de orientar os interessados no processo, bem como coletar dados técnicos para serem utilizados como uma das ferramentas de monitoramento do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal.

Atualmente o PAN dispõe de uma base de dados com 308 pontos de afloramento do lençol freático e 170 colaboradores.

Em 2017, além das vistorias, foi realizado o monitoramento da qualidade da água nas Unidades de Conservação da Unidade Hidrográfica (UH) Riacho Fundo e Alto Rio Descoberto (Parque Veredinha), bem como o monitoramento quali-quantitativo da estação seca na ESEC-Águas Emendadas.

O Ibram obteve a aprovação pela FAP/DF, de um projeto para identificação, caracterização, classificação e sinalização de nascentes e olhos d'água na UH Riacho Fundo.

Para 2018, o Ibram pretende dar continuidade nas vistorias com foco nas solicitações localizadas na Unidade Hidrográfica do Riacho Fundo; efetivar o monitoramento nas UCs na UH Riacho Fundo; realizar um workshop sobre o programa; considerar as recomendações do MPDFT sobre o enfrentamento da crise hídrica para inclusão do PAN nas condicionantes do licenciamento ambiental;

formação de equipe para trabalhar na elaboração de Instrução Normativa relativa ao PAN, conforme estabelecido no Decreto de atualização da metodologia do programa; execução do projeto de identificação, classificação e sinalização de nascentes e olhos d'água na UH Riacho Fundo, por meio do projeto com financiamento da FAP/DF; propor criação e implantação de aplicativo para interagir com a sociedade quanto aos pontos de nascentes do Distrito Federal.

#### Programa Produtor de Água – Projeto Pípiripau

O Programa Produtor de Água – Projeto Pípiripau, desenvolvido pela Agência Nacional de Águas – ANA, é um programa de adesão voluntária de produtores rurais que se proponham a adotar em suas terras práticas e manejos conservacionistas propostas pelo programa através do Planejamento Integral da Propriedade – PIP com vistas à conservação de solo e água. O objetivo é propiciar a melhoria da qualidade da água e o aumento das vazões médias dos rios na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Pípiripau. A participação do Ibram é formalizada no Acordo de Cooperação Técnica nº 015/2011 – ANA.

Em 2017 foram realizadas vistorias em 122 propriedades na bacia do Pípiripau para atesto dos serviços prestados em cada propriedade, a fim de liberar o pagamento por serviços ambientais- PSA. O Ibram, por meio dos seus representantes, participou de 60 dessas vistorias. Destaca-se ainda que, durante o ano, ocorrerão reuniões com o objetivo de definir os parâmetros a serem monitorados para aferição do sucesso do programa na bacia.

#### Projeto "Como pode um peixe vivo..."

Este projeto tem por objetivo mobilizar e integrar ações, tanto de entidades do governo como da sociedade, em prol da revitalização da qualidade ambiental na bacia do Ribeirão Riacho Fundo no Distrito Federal, cujas águas contribuem para o Lago Paranoá, manancial de uso múltiplo que atende toda a população de Brasília e que abriga uma biodiversidade importante e ameaçada de extinção. A parceria institucional para viabilização do projeto é composta, além do Ibram, pela Caesb, Adasa, Agefis, Novacap, Seagri, Emater, SLU, Jardim Zoológico, SSP, Secult, Secretaria de Educação e Administrações Regionais.

O lançamento do projeto se deu no mês de setembro, em evento ocorrido no Parque do Riacho Fundo, com a realização de ações de limpeza em alguns pontos do córrego e de seus tributários.

#### INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

No ano de 2017 concentrou-se grandes esforços para remodelagem do processo de informações ambientais do Ibram. A disponibilização de dados e informações ambientais serve como base e referência para a grande maioria dos trabalhos de análise desenvolvidos em todos os setores do órgão. Os principais referenciais normativos considerados pelo Ibram para essa reestruturação são:

- Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE (Decreto Federal Nº 6.666, de 27 de novembro de 2008);
- Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA (Instrução Normativa SLTI Nº 04, de 12 de abril de 2012);
- Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal – IDE/DF (Decreto Distrital Nº 37.612, de 09 de setembro de 2016);

- Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional Distrito Federal (Decreto Distrital Nº 38.354, de 24 de julho de 2017).

A partir da criação de rotinas de manutenção e armazenamento dos dados em suas respectivas bases, a divulgação é realizada por meio dos canais de comunicação mais apropriados. Os servidores são capacitados internamente em soluções tecnológicas com o objetivo de democratizar o acesso às informações previamente organizadas, além de estimular a produção organizada e sistematizada de novas informações. Para auxílio conceitual às capacitações dos servidores, foram adquiridos cinco livros técnicos durante o ano.

Foram priorizadas a concepção, desenvolvimento e organização dos projetos para o cadastro distrital de unidades de conservação (CDUC) e o de organização das informações sobre atividades de licenciamento ambiental, na temática mineração. Além disso, foi atualizado o documento denominado MANUAL DE PADRÕES E NORMAS PARA ADMINISTRAÇÃO DE DADOS e adquiridos livros técnicos para capacitação interna da equipe.

Por meio da Cooperação Técnica Internacional Ibram/Unesco, foram contratados serviços de consultoria especializada em banco de dados espaciais, o que possibilitou o desenvolvimento de metodologias para: inserção de dados legados no Banco de Dados do Ibram; criação de formulários para inserção contínua de dados; criação dos metadados; e ainda, para criação do mosaico de imagens de satélite, contendo os passos para organização, georreferenciamento e disponibilização, por meio de geoserviços, das imagens de satélite disponíveis nos arquivos do Ibram.

Para 2018 a perspectiva é que seja continuado esse trabalho de reestruturação. Tendo em vista esse horizonte, em final de 2017 foi firmado um convênio, celebrado junto ao Ministério do Meio Ambiente, recursos originários de Emenda Parlamentar do Senador Hélio José (PROS-DF), a ser utilizada em 2018. O projeto para utilização desse recurso está prevista a contratação dos serviços de desenvolvimento de uma solução de geoprocessamento para integração dos dados de Licenciamento Ambiental no Distrito Federal. O conjunto dessas iniciativas irá subsidiar a realização de estudos e análises, proporcionando respostas mais rápidas às questões sociais e ambientais, dando agilidade e maior confiabilidade às análises ambientais.

Adicionalmente, cabe destacar que o Ibram participa na estrutura do IDE-DF, como característica de "nó próprio" (Processo SEI Nº [00391-00013078/2017-58](#)) por meio do qual os seguintes dados já foram publicados e podem ser acessados, enquanto Geoserviços, por meio do endereço [GEOSERVER IBRAM](#), e Metadados, no endereço [METADADOS IBRAM](#):

- Uso e Cobertura da Terra 2011;
- Plantio indicado;
- Área indicada para plantio;
- Área queimada;
- Poda;
- Supressão individual de vegetação;
- Nascentes;
- Supressão de Área de Vegetação;

- Reserva Legal;
- Rodofauna: resultados 2010 a 2015.

## 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS</b>	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
0006 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS- CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NO PARQUE EZECHIAS HERINGER- GUARÁ	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>2543 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS</b>	270.000,00	0,00	0,00	0,00
0001 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS--DISTRITO FEDERAL	<b>270.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>2562 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO</b>	1.000.000,00	686.813,00	534.572,43	444.487,10
0001 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	<b>1.000.000,00</b>	<b>686.813,00</b>	<b>534.572,43</b>	<b>444.487,10</b>
<b>2567 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS</b>	50.000,00	33.144,00	3.444,00	3.444,00
0001 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS--DISTRITO FEDERAL	<b>50.000,00</b>	<b>33.144,00</b>	<b>3.444,00</b>	<b>3.444,00</b>
<b>3070 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b>	10.000,00	0,00	0,00	0,00
0003 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS</b>	410.000,00	338.660,00	192.360,90	192.360,90
0001 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-- DISTRITO FEDERAL	<b>410.000,00</b>	<b>338.660,00</b>	<b>192.360,90</b>	<b>192.360,90</b>
<b>4098 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE</b>	600.000,00	112.728,00	1.430,00	1.430,00
0001 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE--DISTRITO FEDERAL	<b>600.000,00</b>	<b>112.728,00</b>	<b>1.430,00</b>	<b>1.430,00</b>
<b>4100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL</b>	169.000,00	0,00	0,00	0,00
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	<b>169.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>2535 - GESTÃO DA FAUNA</b>	400.000,00	262.714,00	9.711,35	9.372,35
0001 - GESTÃO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	<b>400.000,00</b>	<b>262.714,00</b>	<b>9.711,35</b>	<b>9.372,35</b>

<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
<b>2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA</b>	1.000.000,00	340.513,00	314.806,00	245.516,00
0001 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	<b>1.000.000,00</b>	<b>340.513,00</b>	<b>314.806,00</b>	<b>245.516,00</b>
<b>2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS</b>	30.000,00	8.247,00	1.396,10	1.396,10
0001 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS--DISTRITO FEDERAL	<b>30.000,00</b>	<b>8.247,00</b>	<b>1.396,10</b>	<b>1.396,10</b>
<b>TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL</b>	<b>4.039.000,00</b>	<b>1.882.819,00</b>	<b>1.057.720,78</b>	<b>898.006,45</b>

Conforme descrito no PPA 2016-2019 (Lei 5.602/2015), este programa temático traz como objetivo geral: "Assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras".

As atividades desempenhadas pelo Ibram atendem de maneira ampla este programa, e de forma específica o órgão é responsável pelo objetivo específico número 05 – Brasília Verde – Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental. E também possui algumas ações vinculadas ao objetivo específico número 06 - Direitos dos Animais – Garantir a execução da política de proteção, defesa e bem estar dos animais domésticos e silvestres.

Desta forma, o órgão contribui para o alcance destes objetivos com a execução das ações orçamentárias previstas na tabela acima, além de outras ações não orçamentárias que serão descritas na sequência.

#### UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Durante o ano de 2017, apesar da previsão existente, não foram aplicados recursos orçamentários na implantação de unidades de conservação, em razão do contingenciamento dos valores.

Em relação à manutenção das unidades de conservação, o gasto mais expressivo se deu com as despesas para fornecimento de água e energia, correspondendo, respectivamente, à R\$ 258 mil e R\$ 124 mil do orçamento previsto para esta ação. O restante dos recursos foi despendido com a aquisição de materiais de consumo para manutenção dos parques, contrato de telefonia e outros serviços e compras de menor monta.

Para viabilizar os serviços de reparo e pequenas manutenções nas unidades de conservação, o Ibram realizou, no segundo semestre do ano, a contratação de reeducandos do sistema prisional, a partir de parceria celebrada com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP). Destaca-se a importância deste recurso, visto que o Ibram não dispõe de contrato de prestação de serviços de manutenção. No modelo adotado, o Administrador de Parques do Ibram identifica

os reparos a serem realizados, transporta, orienta e acompanha reeducandos na execução dos serviços. Entre os trabalhos executados pela equipe, destaca-se a revitalização do Parque Três Meninas.

Em 2017 as doações voluntárias para as Unidades de Conservação foram em total de quatro, e as medidas alternativas propostas pelo Ministério Público e determinadas pelo Tribunal de Justiça, foram vinte e cinco. A soma dos montantes das doações e medidas alternativas foi de R\$ 48.615,66 entre materiais de consumo e equipamentos encaminhados às unidades de conservação administradas pelo Ibram.

Já com recursos de compensações ambientais, foi possível reformar os banheiros, a sede e executar o projeto de ajardinamento do Parque do Paranoá.

O mesmo ocorreu no Parque Ecológico Saburo Onoyama, onde foram concluídos os reparos na piscina pública daquela unidade. No mesmo parque, em dezembro de 2017, iniciaram-se os trabalhos de revitalização, nos mesmos moldes do executado no Parque Três Meninas, ou seja, com a utilização da equipe de manutenção composta por reeducandos, supervisionados por servidores do Ibram.

Com o apoio da comunidade, foram realizados diversos mutirões de limpeza em unidades de conservação, com destaque para os que ocorreram nos parques Veredinha, Asa Sul, Três Meninas, Ezechias Heringer, Olhos d'Água, Dom Bosco e Sucupira.

Em relação à recategorização das unidades de conservação, foram concluídos quatro processos, conforme descrição que segue:

<b>Unidade de Conservação</b>	<b>Nova Categoria</b>
Parque Burle Marx	Parque Ecológico Burle Marx
Parque Boca da Mata	Parque Distrital Boca da Mata
Parque dos Jequitibás	Parque Ecológico Jequitibás
Parque Vivencial Pinheiros	Floresta Distrital dos Pinheiros

Destacam-se ainda o diagnóstico fundiário dos parques da ARIE JK e da orla do Lago Paranoá, a abertura do Parque Península Sul e Anfiteatro Natural para o uso público e acompanhamento e análise de regularização fundiária de chacareiros, assentamentos, produtores rurais e demais ocupações nos parques.

Durante o ano de 2017 foram envidados esforços para regularização dos normativos que, em anos anteriores, criaram alguns parques, mas que posteriormente observou-se vício de origem.

O Parque Ecológico do Gama foi criado pela Lei nº 1959/1998, mas por vício na forma, a iniciativa que deveria ser do executivo para a criação da lei foi apresentada pelo legislativo. Assim, a lei teve sua inconstitucionalidade declarada através da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 2008.00.2.011819-3. Assim, a recriação se faz necessária, pois este parque possui grande relevância ambiental, considerando, principalmente, sua sensibilidade para as funções hídricas na bacia hidrográfica do Corumbá. Apresenta sua área quase totalmente ocupada pelas fitofisionomias parque de cerrado (campo de murundu) e vereda, conferindo ao local o status de Área de Preservação Permanente (APP) legalmente instituída, com solos hidromórficos em sua totalidade. Além disso, está muito próximo a quatro Áreas de Proteção de Manacial -APM, reforçando a importância da manutenção destes atributos sensíveis.

De acordo com o Sistema Distrital de Unidade de Conservação - SDUC, Lei Complementar nº 827/2010, há o rito necessário para a criação de uma UC, com os estudos técnicos e consulta pública, ambos realizados pelo Ibram em 2017, conforme Processo nº 00391-00014040/2017-01.

No entanto, foi realizada uma reunião no dia 13 de dezembro com o MPDFT, devido à Representação formulada junto ao referido ministério pelo Fórum

Comunitário e de Entidades do Gama, questionando a recriação da unidade e algumas obras que estão sendo realizadas no local.

Após a argumentação feita pelo Representante do Fórum Comunitário e de Entidades do Gama, contestando, principalmente, a poligonal proposta para a unidade que exclui as entidades que atualmente ocupam o local e a existência do Decreto nº 11.190/88, foi esclarecido que a intenção do Ibram é transformar esse espaço em uma Unidade de Conservação para que ela receba o tratamento jurídico adequado, que o Decreto de 1988 apenas aprova a criação de um parque, que a consulta tem caráter informativo, não deliberativo, e que seja qual for a poligonal proposta sempre haverá descontentes.

Diante das ponderações feitas pelos presentes, o *Parquet* informou que recomendará ao Ibram a realização de nova consulta pública para que não parem dúvidas quanto à lisura dos procedimentos adotados pela Autoridade Ambiental.

Durante o ano foi possível concluir o estudo técnico para criação do Parque Ecológico do Gama, realizar a consulta pública e finalizar a minuta do decreto.

Já o Parque Ecológico de Águas Claras foi criado pela Lei Complementar nº 287, de 15 de abril de 2000. Contudo, em 2010, sua lei de criação foi considerada inconstitucional, por meio da ADI 2050- 8/2010, uma vez que foi criada conforme projeto do poder Legislativo.

Assim, em 2017, foi concluído o estudo ambiental para a recriação do Parque Ecológico de Águas Claras, constante no Processo nº 00391-00019891/2017-31, com a expectativa de que em 2018 as demais etapas necessárias à regularização sejam concluídas.

Já em relação ao Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema, a criação se deu pela Lei nº 1400/1997, declarada inconstitucional pela ADI 2015.00.2.008012-4. Fato semelhante ocorreu com o Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho, criado pela Lei 1457/1997, também declarada inconstitucional pela ADI 16680-8/2013.

Com o intuito de viabilizar a recriação dessas duas últimas unidades de conservação, o Ibram articulou junto à Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal - ADASA, a elaboração de um diagnóstico ambiental da área, visto que esta Agência já planejava a execução de estudos na bacia do Ribeirão Sobradinho. Assim, além de subsidiar as demandas de gestão da UC e da bacia, o estudo será utilizado para o cumprimento do rito de criação das Unidades. O estudo deverá abranger o perímetro dos seguintes parques da região: 1) Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema; 2) Parque Centro de Cultura e Lazer Viva Sobradinho; 3) Parque Recreativo Sobradinho II; 4) Parque Ecológico Jequitibás e 5) Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho.

Em relação à temática Planos de Manejo, foram grandes os avanços no período, tanto em relação à elaboração de Termos de Referência para as contratações a serem feitas por meio de compensação ambiental, quanto na implantação dos planos existentes. A seguir, são apresentadas tabelas com as informações detalhadas:

#### Planos de Manejo contratados em 2017

nº	Unidade de Conservação	Etapas realizadas	Fonte do recurso/contratante	Empresa de Consultoria
1	Refúgio de Vida Silvestre Mata Seca	Contrato assinado; Comissão de análise e acompanhamento publicada; Plano de trabalho aprovado; Primeira Oficina Participativa concluída;	Votorantim Cimentos	Brandt Meio Ambiente
2	Parque Ecológico Burle Marx	Contrato assinado com a TERRACAP; Minuta de publicação da Comissão de análise e acompanhamento encaminhada.	TERRACAP	Geológica Consultoria Ambiental

### Planos de manejo em andamento:

nº	Unidade de Conservação	Etapas realizadas em 2017	Empresa de Consultoria
1	Reserva Biológica do Guará	PRAD em andamento	Geológica Consultoria Ambiental
2	Monumento Natural do Conjunto Espeleológico Morro da Pedreira	Diagnóstico ambiental em andamento	Ecoidea
3	Parque Ecológico Bernardo Sayão	Diagnóstico ambiental concluído	Em elaboração por servidores do Ibram
4	Parque Ecológico da Asa Sul	Diagnóstico ambiental em andamento; Primeira Oficina Participativa realizada.	Em elaboração por Grupo de trabalho – Ibram e sociedade Civil organizada.
5	ARIE CRULS	Aguarda Consulta pública	Greentec
6	ARIE Bananal		Greentec
7	ARIE do Bosque	Aguarda complementações da empresa de consultoria e a realização de Oficinas de Planejamento Participativo.	Ambiental do Brasil
8	Parque Distrital Salto do Tororó	Em análise do Plano de trabalho	Geológica Consultoria ambiental
9	Refúgio de Vida Silvestre Mata Seca	Contrato assinado; Comissão de análise e acompanhamento publicada; Plano de trabalho aprovado; Primeira Oficina Participativa concluída;	Brandt Meio Ambiente

### Planos de Manejo elaborados em 2017 que aguardam publicação:

Unidade de Conservação	Etapas realizadas	Pendências/Dificuldades
Parque Ecológico Veredinha	Minuta de publicação da aprovação do plano concluída	Aguarda processo físico que está na SEGETH para disponibilizar os arquivos na Biblioteca Digital do Ibram e publicar a aprovação no DODF.

### Planos de manejo publicados em 2017:

nº	Unidade de Conservação	Instrução Normativa
1	Parque Ezechias Heringer	Instrução nº 686, de 26 de outubro de 2017
2	Parque Burle Marx	Instrução nº 706, de 13 de novembro de 2017
3	Parque da Estrutural	Instrução nº 724, de 22 de novembro de 2017
4	ARIE da Estrutural	Instrução nº 724, de 22 de novembro de 2017
5	ARIE Cabeceira do Valo	Instrução nº 724, de 22 de novembro de 2017

### Termos de Referência elaborados em 2017:

nº	Unidade de Conservação	Processo	Termo de Compromisso	Encaminhamento
1	ARIE JK – Revisão	391.001.896/2017	100.000.013/2014	Encaminhado à CODHAB
2	Parque Ecológico Saburo Onoyama e Cortado	391.001.896/2017	100.000.013/2014	Encaminhado à CODHAB
3	Parque Ecológico Três Meninas	391.001.896/2017	100.000.013/2014	Encaminhado à CODHAB
4	Parque Distrital Boca da Mata	391.001.896/2017	100.000.013/2014	Encaminhado à CODHAB
5	Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Gatumé (Refúgio de Vida Silvestre*)	0391-002427/2016	100.001/2017	Encaminhado ao SLU
6	Parque Recreativo Santa Maria (Parque Ecológico*)			Encaminhado à Administração de Santa Maria
7	Parque Ecológico Anfiteatro Natural	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
8	Parque Ecológico das Garças	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
9	Parque Ecológico e Vivencial Canjerana (Refúgio de Vida Silvestre*)	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
10	Parque Ecológico Península Sul	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
11	Parque de Uso Múltiplo Morro do Careca (Refúgio de Vida Silvestre)	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
12	Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
13	Parque Ecológico da Garça Branca	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP,

<b>nº</b>	<b>Unidade de Conservação</b>	<b>Processo</b>	<b>Termo de Compromisso</b>	<b>Encaminhamento</b>
	(Refúgio de Vida Silvestre*)			mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
14	Parque Ecológico Dom Bosco (Monumento Natural*)	391.000.789/2014	100.04/2016.	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
15	ARIE Dom Bosco (Monumento Natural*)	391.000.789/2014	100.04/2016.	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
16	Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo (Parque Ecológico*)	391.000.789/2014	100.04/2016.	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
17	Parque Ecológico Paranoá	391-00021214/2017-83	100.000.006/2014	Encaminhado à CODHAB
18	ARIE Paranoá Sul (Parque Ecológico Paranoá*)	391-00021214/2017-83	100.000.006/2014	Encaminhado à CODHAB
19	Parque Ecológico de Águas Claras	391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
20	Parque Ecológico São Sebastião (Parque Distrital*)	391.000.215/2013	100.000.002/2013	Encaminhado à empresa OREMI
21	Parque Areal (Parque Ecológico*)	0391.002.215/2016	100.002/2017	Encaminhado à TERRACAP, mas necessita de revisão para reenvio em 2018.
22	Parque Ecológico Tororó	391.000.215/2013	100.000.002/2013	Encaminhado à empresa OREMI

*\*nomenclatura prevista para a recategorização*

Apesar da falta de investimento para implantação de unidades de conservação com recursos orçamentários, as ações foram viabilizadas graças aos termos de compromissos vinculados à compensação ambiental e Emendas Parlamentares, conforme detalhamento que segue:

Infraestrutura:

Nº	Unidade de Conservação	Estrutura	Informações	Atividades realizadas em 2017	Processo	Fonte do recurso	Recurso aproximado
1	Parque Ecológico de Águas Claras	Parque infantil	Projeto de autoria do Jardim Botânico de Brasília, porém necessita de projetos complementares	Parceria com a Administração Regional de São Sebastião para elaboração dos projetos complementares (hidráulico e elétrico); Não foram entregues nenhum produto no ano de 2017.	0391-002643/2016	Emenda Parlamentar do deputado Chico Leite	R\$ 200.000,00 (não foi possível a execução)
2	Parque Ecológico do Tororó	Guarita, pórtico, mirante, iluminação.	Emenda federal se encontra na SINESP, projetos em elaboração	Realizada reuniões e vistorias no Parque, em conjunto com a SINESP; Participação na elaboração dos projetos de arquitetura.	Processo de autorização da TERRACAP - 00391-00022317/2017-61	Emenda parlamentar do Deputado Ronaldo Fonseca	R\$ 1.523.183,18
3	Parque Ecológico do Gama	Cercamento	Projeto elaborado pela administração regional do Gama, que não teve condições de licitar em 2017	Elaboração de Termo de Referência para o cercamento do Parque Ecológico do Gama. Participação em reuniões.	Processo da portaria conjunta: 00391-00016408/2017-67. Processo do Termo de Referência: 00391-00015692/2017-54	Emenda Deputado Joe Valle	R\$ 1.200.000,00 (não foi possível a execução)
4	Parque Ecológico Ezechias Heringer	Implantação da área 27	Plano de ação da SEGETH, em compensação ao Estudo de Impacto de vizinhança do SMAS/SCGV/SOF SUL e Avenida do contorno no Guará II.	Elaboração de Termos de referência e encaminhados à SEGETH.	00390-00008042/2017-81	Empresas SMAS/SOF Sul e avenida do contorno do Guará II	Não estimado
5	Parque Ecológico Ezechias Heringer	Reforma do Mirante	Termos de referência em revisão para serem encaminhados à SEGETH	Elaboração de Termos de referência e encaminhados à SEGETH.	00390-00008042/2017-81	Empresas SMAS/SOF Sul e avenida do contorno do Guará II	R\$ 200.000,00
6	Parque Ecológico Ezechias Heringer	Projeto de videomonitoramento por câmeras	Termos de referência em revisão para serem encaminhados à SEGETH	Elaboração de Termos de referência e encaminhados à SEGETH.	00390-00008042/2017-81	Empresas SMAS/SOF Sul e avenida do contorno do Guará II	Não estimado
7	REBIO do Guará	Projeto de videomonitoramento por câmeras	Termos de referência em revisão para serem encaminhados à SEGETH	Elaboração de Termos de referência e encaminhados à SEGETH.	00390-00008042/2017-81	Empresas SMAS/SOF Sul e avenida do contorno do Guará II	Não estimado
8	ESECAE	Projeto de Reforma e ampliação do Centro de Informação Ambiental Luís Eduardo Alves de Carvalho	Paranoazinho encaminhou três propostas de orçamento para o Ibram analisar em 2018.	Elaboração do termo de referência para a contratação de empresa de arquitetura e engenharia para Reforma e ampliação do Centro de Informação Ambiental Luís Eduardo Alves de Carvalho	0391-000202/2014 (SEI)	Compensação ambiental Paranoazinho Termo de Compromisso compensação ambiental nº 100.005/2017	1º proposta: R\$58.000,00 2º proposta: R\$ 23.000,00 3º proposta: R\$ 70.000,00

Assim como ocorreu na implantação de UCs, a sinalização produzida e instalada nos parques administrados pelo Ibram se deu por meio dos recursos de compensação ambiental.

Nº	Unidade de Conservação	Atividade realizada em 2017	Fonte do recurso
1	Parque Ecológico Península Sul	Instalação de uma placa indicativa	Departamento de Estradas e Rodagens - DER
2	Parque Anfiteatro Natural do Lago Sul	Instalação de uma placa indicativa	Departamento de Estradas e Rodagens - DER
3	REBIO do Guará	Instalação de 10 placas de sinalização	Departamento de Estradas e Rodagens - DER
4	Parque Ecológico Ezechias Heringer	Instalação de 20 placas de sinalização	Departamento de Estradas e Rodagens - DER
5	Parque Ecológico do Gama	Instalação de 02 placas informativas	Departamento de Estradas e Rodagens - DER

Durante o ano, algumas situações emergenciais levaram o Instituto a providenciar o cercamento de unidades de conservação. Para todos os casos foram utilizados recursos de compensação ambiental decorrentes de empreendimentos da TERRACAP, conforme descrito na tabela que segue:

Unidade de Conservação	Informações	Fonte do recurso
REBIO do Guará	Cercamento emergencial de trechos com mourão de concreto e arame.	TERRACAP
Parque Ecológico Ezechias Heringer	Cercamento emergencial de trechos com mourão de concreto e arame.	TERRACAP
Parque Ecológico e Vivencial Retirinho	Cercamento emergencial de trechos com mourão de concreto e arame.	TERRACAP

## RISCOS AMBIENTAIS E GESTÃO FLORESTAL

Para as atividades relacionadas à prevenção de riscos ambientais não houve despesa autorizada. Ressalta-se ainda as tentativas frustradas de se obter autorização para realização de concurso temporário para brigadistas de combate a incêndios florestais. A impossibilidade decorreu da situação do GDF em relação ao limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vedou o aumento no quadro de servidores.

Contudo, houve o empenho do Ibram na articulação com diferentes órgãos para que o normativo de instituição da Comissão Distrital do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - CD-P2R2 fosse publicado, algo que estava em negociação desde 2006. Para tanto, o Ibram coordenou oito reuniões de preparação de apresentação da proposição do Decreto Distrital nº 38528 – CD P2R2, que foi publicado em 04 de outubro de 2017.

Com relação a produtos perigosos, foram atendidos os casos descritos a seguir:

- Brazlândia – Suspeita de Rênio;
- Brazlândia – Esgoto no Parque Veredinha;
- Samambaia – Vazamento de HCl;
- Guará – Material Radioativo de aeroporto;
- Marinha do Brasil – Desmonte de aparelhos de R-X;
- SIA – Derramamento de amônia;
- DF 355 – Derramamento de 18.000 litros de óleo vegetal saturado;
- Cidade Estrutural – Suspeita de vazamento de gás metano lixão;
- Planaltina – Tomógrafo abandonado e desmontado;
- Aeroporto de Brasília – Suspeita de explosivo em avião;
- Borda da Ceilândia – Violação do gasoduto por ocupante irregular.

Destacam-se, ainda, as 478 saídas de campo para atividades relacionadas ao monitoramento de áreas queimadas e incêndios, vinculadas ao Programa de Monitoramento de Área Queimada dos Parques e Unidades de Conservação do Distrito Federal - PROMAQ. Foram registrados 322 incêndios florestais.

Em relação ao Programa de Monitoramento de Áreas Erodidas nos Parques - PROMAE, foram realizadas 16 saídas de campo para levantamento e monitoramento de áreas erodidas.

Em relação à temática Gestão Florestal, as atribuições do Ibram dizem respeito às análises para supressão de vegetação, poda e transplante, exploração silvicultural, homologação, desbloqueio e ajustes nos pátios das madeireiras, mapeamento de áreas para plantio, bem como o respectivo monitoramento, e atividades diversas relacionadas às ações de compensação florestal.

Em 2017 foram produzidos 142 pareceres técnicos e 125 informações técnicas, uma redução de 23% e 36%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Tal fato decorreu da necessidade de se priorizar a elaboração de novas normas, especialmente o decreto distrital de Gestão Florestal (em análise na Casa Civil) e a nova Instrução Normativa que estabeleceu as diretrizes e critérios para a recomposição da vegetação nativa em áreas degradadas e alteradas no Distrito Federal.

Para 2018, espera-se que os novos normativos possibilitem a redução do tempo de análise dos processos, bem como do volume de demandas.

Quanto ao programa de trabalho relacionado à conservação de áreas protegidas, o Ibram restringiu o uso do orçamento existente à aquisição de certificados digitais para o acesso de servidores ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (SINAFLOR), o que permitiu a gestão e a fiscalização da origem de produtos florestais no território do Distrito Federal.

Em relação à temática Recuperação Ambiental, o Ibram iniciou os trabalhos de diagnóstico e mapeamento dos processos internos de trabalho, revelando aspectos intersetoriais e inster-institucionais que serão alvo de reformulação, visando melhorias e superação de obstáculos. Em 2018 será concluída a fase de prospecção e teste de soluções, para que a partir de um processo remodelado, seja possível obter uma maior eficiência.

Durante o ano de 2017 foram produzidos 34 Pareceres Técnicos, 128 Informações Técnicas e 5 Autorizações Ambientais, com destaque para a Execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas E.PRAD Nº 034/2016, que trata da Recuperação na Área de Preservação Permanente do Lago Paranoá, (QL10 do Lago Sul) do Projeto Orla Livre.

Com relação às normas que regulamentam a recuperação de áreas degradadas, destaca-se a elaboração da Instrução Normativa Ibram nº 723 de 23 de Novembro de 2017 que estabeleceu diretrizes e critérios para a recomposição de vegetação nativa em áreas alteradas e degradadas no Distrito Federal e que foi resultado de trabalhos envolvendo Ibram, SEMA e "Aliança Cerrado" (Acordo de Reciprocidade Multilateral), que integra entidades da sociedade civil e órgãos governamentais por meio de grupos de trabalho visando à elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas para a proteção e a recuperação do bioma Cerrado.

Em relação aos gastos do período, foram adquiridas quatro mochilas para notebook, oito mochilas de vistoria e oito calças *rip stop* no intuito de equipar servidores na execução de vistorias.

Quanto ao Cadastro Ambiental Rural – CAR, instrumento de coleta e análise de informações ambientais de imóveis rurais que permite ampliar a capacidade de monitoramento do desmatamento e restauração ambiental em imóveis rurais, o esforço governamental para sua implementação permitirá um completo diagnóstico

do uso e ocupação do terra com foco nas normativas trazidas pela lei 12.651/2012. Esse é um passo fundamental para a formulação de políticas e programas de apoio à recuperação eficientes e eficazes, bem como de outras políticas públicas voltadas ao meio rural e ligadas à produção econômica, infraestrutura, saneamento etc. A responsabilidade pela recepção, análise e validação das informações inscritas no cadastro é do órgão ambiental estadual, que no caso do Distrito Federal é o Instituto Brasília Ambiental – Ibram (art.15 do Decreto Distrital 36579/15).

O Distrito Federal utiliza como plataforma de cadastro o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, que é gerido pelo Ministério de Meio Ambiente – MMA. O sistema é dividido em módulos, sendo que desde 06 de maio de 2014 foi disponibilizado à população o módulo de cadastro. A partir do recurso, disponibilizado no sítio oficial do CAR (<http://www.car.gov.br>), os detentores de imóveis rurais do Distrito Federal tiveram acesso ao sistema, podendo a partir de então realizar seus cadastros. A inscrição do CAR foi prorrogada até dia 31 de maio de 2018, conforme Decreto 9.257 de 29 de dezembro de 2017.

Além das atividades de apoio ao cadastramento e homologação de informações ambientais conforme IN 99/2014, o Ibram envidou esforços para ações colaborativas, como o início das tratativas junto ao Instituto Federal de Brasília – IFB para celebração de acordo de cooperação técnica e realização de cursos de capacitação; participação na comissão do Programa Produtor de Águas do Pípiripau, que visa ao incentivo creditício com o pagamento por serviços ambientais; e, início das tratativas com a Universidade de Brasília – UnB, para execução de um termo de referência de insumos necessários ao Ibram para às análises do CAR.

Além disso, destacam-se as ações de capacitação, com destaque para a participação no curso do módulo de análise do CAR oferecido pelo Serviço Florestal Brasileiro e do 4º Encontro do CAR nacional.

A aquisição de um *drone* e a realização do respectivo curso de pilotagem, viabilizará vistorias de áreas com difícil acesso. Por ser um equipamento com funcionalidade GPS e câmera incluso, os locais com declividade elevada ou de acesso restrito por obstáculos passarão a ser vistoriados sem colocar em risco as equipes de trabalho. A utilização do equipamento trará economia de tempo e de recursos em vistorias técnicas. O aparelho será utilizado em cadastros itinerantes bem como, posteriormente, na análise dos cadastros do CAR, monitoramento e fiscalização de áreas.

Em 2017 foram emitidos 40 certificados de Homologação de Informações Ambientais.

Quantidade de áreas analisadas e certificadas em 2017:

Área Total (ha)	Reserva Legal (ha)	APP (ha)	Vegetação Nativa (ha)
3126,9427	624,6533	168,9355	627,1205

Destaca-se ainda que, durante o período, foram cadastrados aproximadamente 12.000 imóveis no Cadastro Ambiental Rural.

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em relação à temática Educação Ambiental, a contratação mais relevante ocorrida durante o ano foram os serviços de locação de ônibus, celebrada ao final de 2017. A partir da disponibilização desses serviços, será possível mobilizar uma quantidade maior de crianças da rede pública de ensino para participação nas ações desenvolvidas nas unidades de conservação.

Uma das atribuições de grande relevância do Ibram é a análise dos Programas de Educação Ambiental, regulamentada pela Instrução nº 058/2013, que determina que todo empreendimento cujo processo de licenciamento exigir medidas mitigadoras ou compensatórias deverá conter a elaboração, implantação e execução de um Programa de Educação Ambiental - PEA.

Para tanto, o Ibram deve elaborar o termo de referência, analisar proposta de diagnóstico e relatório socioambiental participativo, proposta de programa de educação ambiental, do relatório de execução e analisar os materiais gráficos a serem utilizados no âmbito dos programas de educação ambiental.

A seguir são relacionados os atendimentos realizados em 2017, em cumprimento às condicionantes de licença ambiental:

Licenciado	Atendimentos Diretos	Atendimentos Indiretos	Participação em DSP*	Total
Instituto de Radioterapia de Taguatinga - IRT	37	x	x	37
Secretaria de Mobilidade - PTU/SEMOB	x	15.200	x	15.200
Votorantim Cimentos S/A	x	x	166	166
Itapoã Parque	x	x	173	173
Total Ville	42	x	x	42
Capital Recicláveis	x	x	94	94
<b>TOTAL</b>	<b>79</b>	<b>15.200</b>	<b>433</b>	<b>15.712</b>

\*Diagnóstico Socioambiental Participativo

Considera-se atendimento direto aquele onde os agentes envolvidos, ou seja, o público alvo do PEA participa das atividades/ações de forma atuante, como agentes ativos no processo de aprendizagem, diferentemente do que ocorre com os atendimentos indiretos, onde o público-alvo é apenas agente passivo no processo, recebendo uma informação sem que necessariamente tenha que oferecer um feedback sobre ela, sendo apenas um espectador no processo de aprendizagem.

Com relação à participação em Diagnóstico Socioambiental Participativo - DSP, essa constitui a primeira etapa do processo de elaboração do programa de educação ambiental, mas que não é cobrada de todos os licenciados, pois depende das características e do porte do empreendimento. Para contabilização desse quantitativo, levou-se em consideração a participação da comunidade em oficinas, palestras, audiências e visitas técnicas.

A seguir são descritos os programas e projetos executados durante o ano:

#### Ambiente com Ciência

Programa Ambiente com Ciência executou o Edital de Seleção Pública de propostas de pesquisa para desenvolvimento dos ambientes da rede distrital de educação e divulgação científica (10/2016). Foi firmado o Termo de Outorga com a Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) no o valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais).

Foram realizadas no período as seguintes atividades:

- Revisão bibliográfica e análise do Projeto Ambiente com Ciência em ;
- Melhorias nos modelos científico-pedagógicos em funcionamento no Projeto;
- Desenvolvimento de novos modelos científico-pedagógicos;
- Mostra de Plantas Xerófitas;
- Ilhas de Gramíneas Nativas;
- Modelo Real de Captação e Distribuição de Água da Chuva;
- Maquete Topográfica Permanente externa feita em concreto

- Vídeos promocionais.

Durante o ano foram feitas diversas apresentações, com destaque para: Formação de professores do CEF de Samambaia; Participação no Curso de gestão sustentável de água e resíduos sólidos - EAPE - Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação; Participação no Evento Auditoria Cívica - CGDF - centro de convenções; e Apresentação para os alunos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência da UnB.

O Programa teve sua vigência de parceria com a FAP/DF prorrogada até 16/06/2018, quando irá apresentar o relatório completo das atividades, incluindo a entrega do espaço do Centro de Referência em Educação Ambiental de Águas Claras revitalizado e com exposições permanentes.

#### Comunidades de Conservação – ARIE Granja do Ipê

A iniciativa para o desenvolvimento desse projeto teve início na destinação da Emenda Parlamentar nº 2260009 de autoria da Deputada Federal Erika Kokay, que atuando junto a comunidade da ARIE Granja do Ipê destinou R\$100.000,00 com o objetivo de apoiar a preservação e a manutenção da Nascente do Córrego Capão Preto que se origina dentro da ARIE.

Para a viabilização do uso dos recursos destinados pela parlamentar, foi celebrado um convênio com o Ministério do Meio Ambiente – MMA que, após a última prorrogação, vigorou até setembro de 2017. Por se tratar de iniciativa inédita para o Ibram, a execução de uma emenda parlamentar federal, foi necessário um período maior do que o previsto, para que todos os trâmites fossem cumpridos e para dar início a execução do projeto. Além disso, foi necessário viabilizar a contratação de fornecedores para a execução dos produtos propostos.

Para a execução do projeto foi necessário que o Instituto oferecesse uma contrapartida de R\$11.111,11, com isso o valor total destinado para realização da proposta foi de R\$111.111,11.

Como resultados obtidos, destacam-se a participação expressiva da comunidade em todo o processo, instalação de 58,35 m<sup>2</sup> de placas de sinalização na ARIE Granja do Ipê, produção de quatro cartilhas, intituladas "Um Passarinho me Contou - histórias para preservar", "Manual do Biodetetive", "Virada Agroecológica" e "O ouro da Granja - Um guia para os tesouros da ARIE Granja do Ipê" e um folder guia de visitação da ARIE Granja do Ipê.

#### Na trilha

Com a parceria do Ibram com o Grupo de Caminhadas Brasília – GCB foram realizadas várias caminhadas nas Unidades de Conservação do DF. Entre as atividades executadas, destacam-se: IV Caminhada dos Parques - caminhada em 15 UCs do DF, com participação de 400 pessoas no encontro de todos os grupos no Parque na cidade; publicação de uma revista intitulada "Na Trilha", com o objetivo de ser um guia para as pessoas interessadas em realizar a prática da caminhada nas UC's administradas pelo Ibram. De acordo com o registro do GCB, até o final de outubro ocorreram 140 caminhadas com quase 2500 participantes pelas unidades de conservação do DF.

Em agosto foi realizado o primeiro seminário para apresentar as iniciativas em torno da Pedra Fundamental de Planaltina/DF com o lançamento do Ecomuseu do Cerrado, contando com a presença de 55 pessoas.

Em novembro foi realizado um seminário na UnB organizado pelo GCB sobre "Educação Ambiental e as trilhas", onde foi proposta a criação de grupos de

trabalho e ações para 2018 que contou com a participação de quase 500 pessoas no auditório do Instituto de Biologia.

Ao final, foram 3500 pessoas atendidas direta e indiretamente por esta parceria.

### Publicações

Há que se destacar ainda a publicação de materiais de apoio às ações de Educação Ambiental, como o Almanaque do Fogo, utilizado no Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal – PPCIF (8500 exemplares); cartazes Eu Amo o Cerrado, para divulgação da fauna, flora e paisagens inerentes ao bioma - árvores, frutos, aves e mamíferos (8000 exemplares); Mensageiro das Águas, para apoio à iniciativa de capacitação de professores para o combate à crise hídrica no DF, em parceria com CAESB e Secretaria de Educação (2000 exemplares).

Vamos Passarilhar nos Parques do DF é uma iniciativa entre os Observadores de Aves do Planalto Central (Observaves) e o Ibram que visa estimular a observação de aves nas Unidades de Conservação do DF. A parceria iniciou em 2016 com a publicação do Calendário das Passarinhadas daquele ano, com saídas de campo sempre no último domingo de cada mês. O sucesso da atividade fez com que ela se repetisse em 2017 e, para 2018, já está com o calendário pronto para novas saídas de campo.

Em abril de 2017 foi realizado o Seminário Internacional de Observadores de Aves no Jardim Botânico de Brasília, no evento foi lançada a publicação Vamos Passarilhar nos Parques do DF com intuito divulgar o projeto na forma de ações de Educação Ambiental e registrar as saídas realizadas. Neste ano foram feitas 12 passarinhadas com uma média de 45 observadores em cada. Contudo, ao resultado total do projeto, somam-se também as muitas fotos publicadas em sites especializados, divulgando o nome da espécie e o local de observação da ave, o que gera inúmeras visualizações resultando na pulverização da informação e na divulgação das unidades de conservação do DF.

Já o Programa de Educação Ambiental em Unidades de Conservação (EdUC) visa ressignificar os espaços dos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação (UC) como espaços educadores para que a comunidade restabeleça sua relação de pertencimento ao local, auxiliando na valorização das UC do DF. O projeto Ambiente-se faz parte do programa EdUC, realizando o receptivo de alunos de escolas públicas, particulares, grupos organizados diversos e usuários das UC, para a realização de ações de educação ambiental.

Os atendimentos são realizados pela equipe de Educação Ambiental do Ibram que tem como bases o Centro de Referência em Educação Ambiental do Parque Ecológico de Águas Claras e o Centro de Informações da Estação Ecológica de Águas Emendadas em Planaltina. Essas equipes também atuam de forma itinerante nas demais Unidades de Conservação. Além disso, Agentes de Parque do Ibram foram capacitados e atuam como educadores nas suas unidades de lotação, requisitando a equipe itinerante da Educação Ambiental sempre que necessário.

Por meio deste projeto, qualquer cidadão interessado pode receber atendimento qualificado, trocar experiências e compartilhar saberes a respeito da conservação ambiental no DF. Espera-se, assim, disseminar informações e fortalecer o vínculo e a responsabilidade das comunidades do entorno das UC.

O receptivo é composto por diversas atividades de Educação Ambiental que variam de UC para UC e de grupo para grupo. Entre elas, destacam-se: trilhas guiadas, oficinas de reciclagem de papel, contação de histórias, palestras, visita a museu ambiental, entre outras.

Apesar das atividades de Educação Ambiental terem sofrido reflexos negativos com a redução do quadro de pessoal, aposentadorias e cessão de servidores para grupos de trabalho, o ano foi intenso na quantidade de iniciativas e no alcance das ações. Foram atendidas diretamente nas Unidades de Conservação administradas pelo Ibram, 4860 pessoas, entre estudantes, adultos e outros grupos organizados. Espera-se que com o sucesso obtido ao final de 2017 na contratação dos serviços de locação de ônibus pra o transporte de alunos das escolas públicas, 2018 seja um ano de expansão no alcance das ações de Educação Ambiental.

Para o próximo ano, projeta-se ainda um novo marco, com o início das atividades do Projeto Parque Educador em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, que tem potencial para atender 30.000 alunos ao longo do ano, nas quatro Unidades de Conservação contempladas.

## FAUNA

Em relação aos Programas de Trabalho "Gestão da Fauna" e "Sanidade e Controle reprodutivo da Fauna", a execução orçamentária se deu com a aquisição de vinte armadilhas fotográficas para monitoramento de animais, manutenção do equipamento de ar condicionado do Castramóvel e pagamento por serviços de castração executados pelas clínicas veterinárias cadastradas.

Esses serviços são parte do Programa de manejo populacional de animais domésticos no Distrito Federal, que oferece de forma gratuita as operações de esterilização (ovário-salpingo-histerectomia para fêmeas e orquiectomia para machos), além de anestesia injetável.

O programa tem como uma das metas a diminuição do impacto da invasão de cães e gatos domésticos em unidades de conservação e outros ambientes naturais. A cirurgia tem o objetivo de evitar o aumento desenfreado da quantidade de animais domésticos, contribuindo, dessa forma, para a qualidade ambiental, para a saúde pública e para o bem-estar do próprio animal. Controlando a superpopulação de cães e gatos, diminuem-se problemas como abandono, transmissão de doenças, acidentes e ataques a pessoas.

Até o ano de 2016 as castrações eram realizadas apenas no Castramóvel, que se localizava no Parque do Lago do Cortado, entretanto, devido a capacidade operacional do trailer com limitações para se atingir um quantitativo de operações eficientes para a controle da população de animais domésticos, como impossibilidade de realizar cirurgias em animais com mais de 20kg e ainda pela dificuldade de acomodar os tutores em espera dos seus animais, motivou ainda em 2016 a publicação de um edital para contratação de clínicas veterinárias para prestar o serviço de castração. Assim, no ano de 2017, as duas primeiras clínicas foram contratadas.

Além das castrações nas clínicas veterinárias, o projeto Castramóvel, em convênio com a Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília – FAV/UnB, tem servido como atividade de ensino e extensão para estudantes e Médicos Veterinários vinculados à esta instituição. Nesta linha de atuação, o cadastro dos tutores foi estabelecido apenas em uma Região Administrativa que possibilitasse obter resultados para uma avaliação futura da efetividade das ações pré-estabelecidas aplicadas. A Candangolândia foi esta Região Administrativa do Distrito Federal escolhida, por se tratar de uma região administrativa menos extensa, bem delimitada e próxima a uma área de proteção ambiental, favorecendo o delineamento de um projeto que consiga traçar ações e analisar resultados em curto espaço de tempo, além de conseguir abranger toda a população de animais, desde que haja interesse dos tutores.

Houve a contratação de duas clínicas veterinárias para prestação do serviço de esterilização de cães e gatos. Nestas clínicas foram realizados 2.442 atendimentos, sendo que 2.401 cirurgias foram de fato executadas, o restante (41 animais) foi atendido, mas teve a cirurgia negada por razões clínicas diversas.

Já em relação ao Castramóvel, foram realizadas 128 cirurgias a partir do Acordo de Cooperação Técnica celebrado com a UnB, sem a necessidade de utilização de recursos orçamentários do Ibram.

No geral, para ser possível a realização de grande quantidade de cirurgias, inicialmente o Ibram entrou em contato por e-mail com os tutores que haviam se cadastrado em 2016 e não haviam sido atendidos, para verificar o interesse dos mesmos na castração. De um total de 923 animais remanescentes, 798 foram encaminhados para a castração.

Após essa etapa inicial, o cadastro se deu por duas formas, campanhas de cadastramento de pessoas que possuem até dez animais e processos de parceria para castração de grandes plantéis, para pessoas físicas ou jurídicas interessadas na castração de mais de dez animais.

Para o público geral, foram realizadas três campanhas, nos meses de abril, setembro e outubro. Para realizar este cadastro foi elaborado um formulário virtual no qual cada interessado, além de preencher seus dados, encaminhava a documentação necessária. Ao final os cadastros foram analisados pelo Ibram, classificando ou não o interessado para receber o Termo de Encaminhamento para castração. Além disso, a partir da segunda campanha de 2017, o cadastramento também pôde ser feito presencialmente. Na segunda campanha, o atendimento presencial ocorreu somente no Ibram, enquanto que na terceira campanha este atendimento também ocorreu nas Administrações Regionais de Sobradinho I, Paranoá e Jardim Botânico.

Com relação à castração de grandes plantéis, as pessoas físicas ou jurídicas que desejaram indicar mais de dez bichos para a castração, puderam apresentar proposta de parceria com o Ibram. O mesmo valendo para funcionários de instituições públicas devidamente autorizadas pelo dirigente do órgão. Para tanto, um termo de referência foi preenchido, constando, entre outras informações, o tamanho do plantel e os responsáveis pelo acompanhamento nas operações e no pós-operatório, bem como na captura e o cronograma executivo.

Ao final do período, considerando todas as campanhas, o remanescente do ano anterior e as desclassificações em razão de não cumprimento de regras cadastrais, totalizou-se 13.433 cães e gatos indicados para castração. Desse total, 2.570 animais foram atendidos nas clínicas credenciadas e no Castramóvel.

Destaca-se que esta ação beneficia a população do Distrito Federal, pois além das pessoas beneficiadas diretamente com a castração de seus animais, a castração diminui a probabilidade de abandono e aumenta a probabilidade de adoção funcionando como uma importante ferramenta para retirar animais das ruas. A redução do potencial reprodutivos dos cães e gatos no Distrito Federal resulta na diminuição do impacto que estes animais causam em unidades de conservação e outras áreas verdes e também, potencialmente reduz a quantidade de vetores de zoonoses no Distrito Federal.

Uma dificuldade observada é em relação ao modelo de parceria para castração de grandes planteis, responsável por 17% dos encaminhamentos, sendo já esperada uma lentidão na execução do termo. Muitas vezes é preciso capturar animais de colônias e quando isto não é necessário, os tutores não conseguem castrar grandes quantidades devido aos necessários cuidados pós-operatórios.

Outra dificuldade no processo é a análise documental que foi feita pra 100% dos tutores cadastrados de forma manual. Esta etapa é muito importante para evitar

fraudes e por isso é importante ter sempre equipe técnica e estagiários em quantidade suficiente para realizar esta análise.

O Ibram está estudando formas de aumentar o interesse de novas clínicas veterinárias, e assim, reduzir as distâncias e aumentar a relação entre animais encaminhados e atendidos.

Além disso, espera-se que a partir do segundo semestre de 2018 o cadastro para solicitação de castração se torne um canal permanentemente aberto, para que os interessados possam realizar esta solicitação em qualquer momento e não apenas durante os períodos de campanhas.

Renovação anual da licença para criação amadora de passeriformes no Sispass, para a temporada 2017/2018

Todo cidadão que deseja criar pássaros da fauna silvestre em cativeiro, sem interesses comerciais, deve se cadastrar no Sistema Nacional de Gestão dos Criadores Amadores de Passeriformes Silvestres - Sispass.

Por obrigação legal, todos os criadores amadores de passeriformes devem renovar anualmente sua licença para criação. Enquanto a Gestão dos criadores era realizada pelo Ibama, a renovação se dava de forma automática, pois o criador tinha a capacidade de gerar o boleto de pagamento diretamente no site do Sispass. No Ibram todo o processo de renovação de licenças no Sispass vem sendo realizada de forma manual, visto que não existe um serviço de comunicação (*WebService*), entre o sistema de cobrança do Governo do Distrito Federal e o Sispass, que possa realizar a geração de boletos automaticamente.

A atividade não utilizou recursos, sejam orçamentários ou não, e não faz parte de programas ou projetos específicos.

Em 2017 foram atendidos 1303 requerimentos de renovação de licença, gerando uma arrecadação de aproximadamente R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), por meio da confecção de 2.118 boletos.

Além da arrecadação financeira, a atividade de renovação anual da licença contempla a análise documental e a atualização cadastral dos criadores, o que permite um maior controle da criação e facilita a fiscalização sobre a fauna silvestre, tendo em vista que a análise dos dados aumenta a chance de veracidade dos endereços informados para criação das aves.

Destaca-se que a Lei Distrital nº 5.758/2016, que dispunha sobre a criação amadorista e comercial de passeriformes domesticados da fauna nativa brasileira de origem silvestre, foi suspensa liminarmente por meio da ADI nº 2017 00 2 007983-5 – TJDF em 18/9/2017, momento no qual foram reestabelecidos os procedimentos dispostos na Instrução Normativa Ibama nº 10 de 2011, de acordo com a Instrução Normativa Ibram nº 34 de 2014.

Monitoramento dos mamíferos de médio e grande portes

O Monitoramento de Médios e Grandes Mamíferos no Distrito Federal e Entorno é realizado por meio de vistorias em remanescentes naturais localizados em áreas particulares e unidades de conservação. Durante as vistorias são instaladas armadilhas fotográficas que funcionam por sensor de movimento, registrando todo animal que passa na sua frente. Com isso é possível identificar as espécies de mamíferos que estão no ambiente e assim conhecer o uso do ambiente por esses animais, identificando quais são as pressões ecológicas sobre as espécies, bem como, os conectores ecológicos e quais áreas que devem ser consideradas prioritárias para conservação dentro do DF. Ainda, durante as vistorias são considerados os vestígios deixados por esses animais como rastros e fezes como

indicador das espécies presentes mesmo que não sejam registrados pela armadilha fotográfica.

Em relação aos gastos de 2017, para o estudo por meio de armadilhas fotográficas, foram adquiridas 20 armadilhas fotográficas e 1080 pilhas. Cada armadilha fotográfica necessita de oito pilhas alcalinas AA para o funcionamento e possui um consumo médio das oito pilhas por mês.

Para monitoramento de indivíduo de onça a ser capturado, foram adquiridos um colar GPS e um ano de Serviço de sinal GPS para o rastreamento das coleiras de animais. Além disso, foi adquirido um GPS para as atividades em campo.

Em termos de resultados, no primeiro semestre de 2017 o Ibram estabeleceu parcerias e participou da coordenação da 1ª Expedição de Captura de uma onça pintada - *Panthera onca* - na região próxima à Fercal – Sobradinho para monitoramento por meio de colar GPS. A expedição contou com a presença de atores importante no cenário nacional de conservação de grandes felinos, como técnicos do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, Universidade de Viçosa, NEX, além de uma filial da Rede Globo de Campinas que produziu uma série de reportagens e o desdobramento da expedição. Ao final de 15 dias com a realização de esforços diários para captura do espécime, a equipe não obteve êxito. Apesar de não ter havido captura, foi possível aumentar a experiência da equipe do Ibram no trabalho em campo, participando da elaboração de toda a logística para garantir a alimentação, estadia, deslocamento e segurança da equipe e dos animais durante a expedição e também a familiarização com métodos de captura de grandes felinos com a montagem da armadilha de laço e o monitoramento das armadilhas por meio do manuseio da antena e receptor de sinais.

Há expectativa que este monitoramento possa ser realizado em um futuro próximo, considerando que a área alvo da expedição é próxima ao limite do DF e consequentemente da Estação Ecológica de Águas Emendadas – ESECAE. Conseguindo monitorar este indivíduo, poderá ser traçada sua área de vida, averiguando se os corredores ecológicos entre essa área e a unidade de conservação em pauta funcionam. Assim, o Ibram estuda realizar outra campanha para captura de um indivíduo de onça pintada na região.

Importantes projetos motrizes do monitoramento de médios e grandes mamíferos tiveram desdobramentos positivos no ano de 2017, como o Projeto de Monitoramento de indivíduos de lobo guará - *Chrysocyon brachyurus* - no DF e Entorno por meio de colar GPS e também o recebimento do primeiro colar GPS com banco de dados para que possa ser monitorada uma onça parda - *Puma concolor*. O objetivo desses dois projetos é que o monitoramento desses indivíduos forneçam dados valiosos da biologia desses animais, revelando sua área de vida e como eles utilizam a paisagem em meio à tamanha fragmentação florestal. Em posse destes dados, tais informações devem subsidiar políticas de zoneamento ambiental com a constatação de áreas prioritárias para criação de unidades de conservação e corredores ecológicos efetivamente utilizados pela fauna silvestre.

Houve a continuidade do programa de monitoramento de fauna por meio de armadilhas fotográficas, sendo as áreas amostradas: ESECAE, área da Marinha, condomínio Jardim Botânico, região montanhosa próxima a Fercal, Morro da Pedreira e região adjacente, além do Parque Ecológico da Prainha. O Ibram pretende aumentar o número de armadilhas fotográficas em campo para abranger um maior espectro de áreas e consequentemente entender melhor a dinâmica de deslocamento de fauna no DF e Entorno.

Visando o aumento da qualidade do serviço prestado, o Ibram enviou equipes para participação em congressos e capacitações dentro e fora do DF. Tal iniciativa é imprescindível para a constante reciclagem dos conhecimentos técnicos, trazendo

qualidade às análises e valiosas trocas de experiência com profissionais em todo o país.

Foram ainda ministradas palestras demandadas por universidades durante o ano de 2017. Há grande importância nessas exposições, considerando que são abertos novos canais de comunicação com parceiros importantes, despertando o interesse pelo tema tanto nos docentes como nos alunos dos cursos correlatos ao Meio Ambiente.

Outro projeto importante que faz parte do Programa de Monitoramento de Médios e Grandes Mamíferos é o teste de adaptação de uma unidade de GPS veicular para monitoramento de fauna. Nesse caso, o indivíduo que se pretende monitorar é um canídeo da espécie cachorro do mato - *Cerdocyon thous*. A autorização encontra-se expedida pelo SISBIO e a equipe do Ibram pretende realizar a campanha em 2018 na ESECAE.

Infelizmente, foram observados furtos de armadilhas fotográficas em campo. O fato das câmeras serem instaladas em unidades de conservação e muito das vezes em locais de difícil acesso, não garantem sua proteção.

### ACERVO AMBIENTAL

Com relação ao acervo técnico, é importante lembrar que a biblioteca do Ibram foi automatizada em 2011, com a aquisição do software de gestão SophiA Biblioteca. O sistema contempla as principais funções de uma biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão da informação, melhorando as rotinas diárias e disponibilizando mecanismos de organização, padronização e recuperação da informação. Dessa forma, o acervo processado e organizado, possibilita a consulta *online* ao catálogo e de conteúdo digital, facilitando o acesso e a recuperação da informação para os usuários.

Em 2017 o Ibram finalizou a correção e organização do banco de dados do SophiA Biblioteca, bem como o cadastro de usuários, com criação de perfil e serviços vinculados, com vistas à plena utilização da Biblioteca Digital do Ibram (BDI).

Com relação ao Acervo de Estudos Ambientais (AEA), sua atualização se dá a partir da finalização do processo de licenciamento ambiental, ocasião em que os estudos, relatório e planos são encaminhados à biblioteca do Ibram. A partir de 2017, a demanda pela inclusão desse tipo de material na base de dados passou a ser feita utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

Quanto ao Acervo Geral (AGE), composto por obras impressas e demais suportes relacionados a temas de interesse do Ibram, não houve acréscimo durante o ano, ocorrendo, apenas, a conclusão da seleção e descarte das obras inservíveis ao referido acervo.

Acervo	Total de títulos	Total de exemplares	Títulos cadastrados	Exemplares incluídos
<b>Estudos Ambientais</b>	1.183	2.275	32	9
<b>Memória Ambiental</b>	1.317	1.814	11	10
<b>Geral</b>	537	631	0	0
<b>Total</b>	<b>3.037</b>	<b>4.720</b>	<b>43</b>	<b>19</b>

## Indicadores de Desempenho por Programa de Governo 6210

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1647 - TAXA DE ATENDIMENTOS A ANIMAIS DOMÉSTICOS	0	%	30	4,39	50	4,18	70	100	IBRAM / UO 21208 / OE 6)
<p>2016 - Os atendimentos realizados se restringiram as esterilizações feitas no Castramóvel. A meta não foi cumprida em razão do Hospital Veterinário Público não ter iniciado as operações. O Ibram está envidando esforços para o recebimento do prédio, definição do modelo de gestão do hospital e início das operações.</p> <p>2017 - As metas estão diretamente relacionada à operação do Hospital Veterinário Público do GDF. Por ainda não estar em funcionamento, não foi possível o cumprimento da meta. Os únicos atendimentos realizados pelos Ibram foram as esterilizações realizadas em clínicas veterinárias credenciadas e no Castramóvel. Foram atendidos 2.570 animais, sendo 61 considerados como simples atendimento clínico visto que foram animais negados para o procedimento cirúrgico. Os demais 2.509 animais foram de fato operados.</p>									
1648 - TAXA DE CONTROLE DE REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	0	%	30	93,31	50	97,63	70	100	IBRAM / UO 21208 / OE 6
<p>2016 - A meta foi superada, graças a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica entre IBRAM, SEMA e FUB que viabilizou a operação do Castramóvel no ano de 2016.</p> <p>2017 - A utilização do total de atendimentos como referência para a meta de cirurgias de esterilização gerou este percentual alto de 97.63%, entretanto o número de cirurgias realizadas equivale a 16,73% do total esperado caso ambas as metas fossem atingidas, que seriam 15.000 castrações. Ressaltamos que ambos indicadores devem ser revistos.</p>									
1644 - TAXA DE ÁREA PROTEGIDA QUEIMADA	16,93	%	15,2	11,28	14,4	17,32	13,5	12,7	IBRAM / UO 21208 / OE 5
<p>2016 - Apesar da meta ter sido superada, o total da área queimada em 2016 foi superior aos 9% apurados em 2015. Tal fato decorreu da impossibilidade da realização de aceiros, em razão da inexistência de contrato de Prestação de serviços na Novacap e da não autorização da SEPLAG para a contratação de brigadistas de combate a incêndio, por meio da realização de concurso público temporário.</p> <p>2017 - Das 70 unidades de conservação vistoriadas, 17,32% das áreas foram atingidas pelo fogo. Sendo mapeados 3249,52ha de área queimada de unidades conservação que perfazem 20817,96 ha. Dentre os motivos pela taxa alcançada ser superior à desejada, destaca-se a mudança no regime de chuvas observado no DF nos últimos anos, com a estação seca mais severa e a não autorização p/contratação de brigadistas de combate a incêndio, por meio de concurso público temporário.</p>									

Em relação aos indicadores 1647 e 1648, é importante ressaltar que devem ser revistos, em especial, a taxa de controle de reprodução de animais domésticos, pois a metodologia de cálculo proposta prevê que em 2019, 100% dos atendimentos veterinários realizados no DF sejam castrações, o que não é a proposta relacionada à construção do Hospital Veterinário Público. A expectativa é que o HVEP entre em operação ao final do primeiro semestre de 2018.

Em relação ao indicador 1644 o Ibram está na expectativa de que para o ano de 2018 seja aprovada a contratação de brigada de combate a incêndio, para o período da seca entre os meses de maio a novembro. Sendo essa contratação essencial para que se alcance a meta estipulada de 13,5% de área protegida queimada em 2018.

**6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
<b>2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA</b>	<b>270.000,00</b>	<b>331.112,00</b>	<b>261.197,71</b>	<b>220.566,19</b>
8398 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	270.000,00	331.112,00	261.197,71	220.566,19
<b>TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA</b>	<b>270.000,00</b>	<b>331.112,00</b>	<b>261.197,71</b>	<b>220.566,19</b>

O Programa de Trabalho (PT) 18.121.6211.2426.8398 – FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA – IBRAM – tem por objetivo a contratação de serviços de apoio necessários à manutenção da sede do Instituto. Em 2017 o Ibram ampliou o escopo dessa contratação ao adicionar um contrato específico para manutenção, conservação, recuperação e ações de preservação de áreas públicas referentes aos parques e unidades de conservação administrados pelo Instituto. Esse fato justificou a suplementação orçamentária desse PT.

No entanto, o quantitativo total de pessoal previsto não foi alcançado devido a dificuldades na seleção de perfis com a qualificação necessária para a manutenção dos parques. Por esse motivo teve-se um percentual de inexecução de 21%. Apesar das dificuldades, o novo contrato viabilizou os serviços de reparo e pequenas manutenções nas unidades de conservação. Entre os trabalhos executados pela equipe de reeducandos, destaca-se a revitalização de alguns equipamentos públicos no Parque Ecológico Três Meninas em Samambaia.

**0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
<b>9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO</b>	<b>708.200,00</b>	<b>728.200,00</b>	<b>728.200,00</b>	<b>627.819,63</b>
9556 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	708.200,00	728.200,00	728.200,00	627.819,63
<b>9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA</b>	<b>546.000,00</b>	<b>165.989,00</b>	<b>132.505,06</b>	<b>132.505,06</b>
0020 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	546.000,00	165.989,00	132.505,06	132.505,06
<b>9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</b>	<b>1.620.000,00</b>	<b>1.694.840,00</b>	<b>1.688.775,72</b>	<b>1.688.775,72</b>
7043 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	1.620.000,00	1.694.840,00	1.688.775,72	1.688.775,72
<b>TOTAL - 1 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL</b>	<b>2.874.200,00</b>	<b>2.589.029,00</b>	<b>2.549.480,78</b>	<b>2.449.100,41</b>

## OPERAÇÕES ESPECIAIS

Durante o ano de 2017 o recolhimento do PASEP correspondeu ao total de 429 servidores e o pagamento a título de licença prêmio convertida em pecúnia, para dois servidores.

Em relação aos ressarcimentos, indenizações e restituições, têm-se as quantidades mensais que seguem, sendo o mais representativo o equivalente às indenizações de transporte dos auditores fiscais:

<b>Ano 2017</b>	<b>Servidores</b>
Janeiro	81
Fevereiro	81
Março	77
Abril	75
Mai	77
Junho	78
Julho	75
Agosto	79
Setembro	78
Outubro	75
Novembro	76
Dezembro	78

## **6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO**

### **Execução Orçamentária e Financeira**

<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
<b>396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS</b>	<b>950.000,00</b>	<b>29.995,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
5351 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	950.000,00	29.995,00	0,00	0,00
<b>2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS</b>	<b>35.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0008 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	35.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA</b>	<b>27.000,00</b>	<b>7.285,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0015 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	27.000,00	7.285,00	0,00	0,00
<b>8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL</b>	<b>53.348.543,00</b>	<b>60.986.034,00</b>	<b>59.349.173,76</b>	<b>59.349.173,76</b>
8744 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	53.348.543,00	60.986.034,00	59.349.173,76	59.349.173,76
<b>8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES</b>	<b>2.569.000,00</b>	<b>2.069.000,00</b>	<b>1.979.233,89</b>	<b>1.979.233,89</b>
9569 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	2.569.000,00	2.069.000,00	1.979.233,89	1.979.233,89
<b>8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS</b>	<b>4.011.924,00</b>	<b>5.002.501,40</b>	<b>4.897.906,86</b>	<b>4.473.389,25</b>

<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
9659 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	4.011.924,00	5.002.501,40	4.897.906,86	4.473.389,25
<b>1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO</b>	<b>1.298.000,00</b>	<b>1.157.421,60</b>	<b>949.277,24</b>	<b>60.147,38</b>
2505 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	1.298.000,00	1.157.421,60	949.277,24	60.147,38
<b>2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>63.000,00</b>	<b>42.422,00</b>	<b>42.421,45</b>	<b>42.421,45</b>
2583 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	63.000,00	42.422,00	42.421,45	42.421,45
<b>4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES</b>	<b>100.000,00</b>	<b>32.199,00</b>	<b>8.000,00</b>	<b>8.000,00</b>
0068 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	100.000,00	32.199,00	8.000,00	8.000,00
<b>8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA</b>	<b>250.000,00</b>	<b>221.000,00</b>	<b>217.186,35</b>	<b>167.055,00</b>
8699 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	250.000,00	221.000,00	217.186,35	167.055,00
<b>TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO</b>	<b>62.652.467,00</b>	<b>69.547.858,00</b>	<b>67.443.199,55</b>	<b>66.079.420,73</b>

Este programa compreende o conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental e as ações não tratadas nos programas temáticos. Atende às atividades administrativas e de suporte da área meio. A seguir estão descritas as atividades desenvolvidas por meio das ações orçamentárias.

As despesas com remuneração de servidores, compostas pelas ações orçamentárias 8502 e 8504, constituem o maior gasto do órgão, representando mais de 80% do orçamento total (considerando todos os programas) do Ibram e mais de 90% dos recursos para o Programa 6001.

As despesas correntes na área administrativa representam o segundo maior tipo de despesas, destacando-se a ação orçamentária 8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, que cobre gastos com o aluguel da sede, serviço de motorista, dentre outros contratos continuados. Tais gastos tiveram uma variação positiva no total de 2% em relação a 2016. A expectativa para 2018 é que haja uma variação um pouco maior para essas despesas considerando contratos adicionais, com destaque para a contratação de serviços para coleta de resíduos sólidos, já que o Ibram é considerado um grande gerador com obrigatoriedade de, a partir de 2018, custear esse serviço.

Tem destaque ainda as despesas com as publicações realizadas no Diário Oficial do Distrito Federal, que são custeadas pela ação 8505. Os gastos com esta despesa tiveram uma redução significativa em relação a 2016, da ordem de 24%. A redução é devida à adoção do Boletim de Serviços e o Boletim de Pessoal, essa mudança de procedimentos para a publicação de atos administrativos internos seguiu a determinação do Decreto nº 37.256, de 15 de abril de 2016.

Os boletins foram instituídos pela Instrução nº 351 de 11 de janeiro de 2017, destinados a dar publicidade aos atos e procedimentos formais do Ibram. Os atos neles publicados têm eficácia jurídica na forma da legislação e dispensam os gastos com publicação do DODF.

Ações Orçamentárias	R\$	%
8502 - Administração de Servidores	59.349.174	88,0%
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	4.897.907	7,3%
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores	1.979.234	2,9%
8505 - Publicidade e Propaganda	217.186	0,3%
Outras	999.699	1,5%
<b>Total - Programa 6001</b>	<b>67.443.200</b>	<b>100%</b>

Tipo de Gasto	2016	2017	Variação
Locação do imóvel sede	2.935.480	2.837.785	-3%
Serviços de motorista	489.939	533.350	9%
Locação de veículo	487.640	538.487	10%
Fornecimento de energia da sede	428.332	454.017	6%
Outros	443.053	534.268	21%
<b>Total</b>	<b>4.784.444</b>	<b>4.897.907</b>	<b>2%</b>

Em relação à Manutenção das estruturas físicas e patrimônio, não se concretizou a expectativa de que o Ibram mudasse de sede, assim, não houve a necessidade de gastos com reforma do imóvel.

#### GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

O exercício das atividades do Ibram demanda saídas constantes para realização de vistorias para o licenciamento ambiental e nas unidades de conservação, ações de fiscalização, educação ambiental, prevenção de riscos e monitoramento da qualidade ambiental, em todo o território do Distrito Federal. Isso requer a disponibilidade de uma frota de veículos variados como carros leves, caminhonete, caminhão, ônibus entre outros. A frota do órgão é composta por veículos próprios e veículos locados tanto pelo Ibram como pela Seplag. Destaca-se ainda o serviço de motorista que também é contratado pelo órgão. Um total de 07 motoristas atendem os servidores nas atividades de campo.

Em 2017 foram contabilizadas 4.193 saídas, sendo que em 62% delas foi utilizado o serviço de motorista, o que demonstra a importância desse contrato para as atividades institucionais. Todos os números relacionados à utilização da frota tiveram expressivo aumento em relação ao ano anterior, conforme tabela abaixo. Necessário ressaltar que em relação ao total gasto com combustível, o diesel tem prevalência sobre a gasolina representando 52% do consumo. Isso indica maior uso de veículo do tipo caminhonete nas saídas, em detrimento aos veículos leves, devido à natureza das atividades do órgão.

Utilização da Frota	2016	2017
Distância percorrida em Km	411.000	429.000
Consumo de combustível em litros	43.119	44.247
Número de saídas	3.826	4.193

#### GESTÃO DE DOCUMENTOS E ATENDIMENTO AO PÚBLICO

O Ibram foi um dos primeiros órgãos do GDF a ter o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) implementado. Inicialmente, ainda em 2016, o SEI foi implantado em apenas um processo, o de Carta Consulta e, posteriormente, ampliado para os demais processos do Instituto. Em 01/07/2017, aconteceu a "virada de chave", ou seja, a partir desta data, todos os documentos internos emitidos no Instituto e documentos externos passaram a ser gerados/digitalizados

e tramitados em formato eletrônico. Em 2017 o Ibram gerou, através do SEI, 83.651 documentos que estão inseridos em 15.864 processos gerados no período.

Finalizada a implantação do SEI, a economia no consumo de papel foi de, aproximadamente, 36% em 2017, quando comparado com o exercício de 2016. Além disso, outros materiais deixaram de ser adquiridos, como grampo trilho e capas de processo, contribuindo para a redução dos gastos públicos.

Uma dificuldade encontrada com a implantação do SEI, foi a ausência de ferramenta para incluir documentos pesquisáveis no sistema, quando estes eram digitalizados e o texto transformado em figura, limitando a pesquisa por palavras chave. O contrato de locação de impressoras vigente no Ibram não prevê o fornecimento de ferramenta para *ocerização* dos arquivos para inclusão no SEI. Desta forma, foi adaptado um servidor de *ocerização* que permite a digitalização já de maneira pesquisável dos arquivos, que está servindo como modelo para outros órgãos do governo que utilizam o SEI.

Ainda são recebidos documentos em meio físico no órgão, provenientes de órgãos externos e sociedade, que em 2017 somaram 7.805 documentos. No entanto, observando a tabela a seguir verifica-se uma significativa redução nos números quando comparados com o ano de 2016.

Tipo de Documento	Quantidade	
	2016	2017
Notificação	4	3
Carta	1.014	239
Circular	189	87
Despacho	83	59
Mandado	14	8
Memorando dos parques	187	23
Ofícios	3.875	1.859
Relatório	28	26
Requerimento	9.714	2.761
Processo	2.551	1.293
Licenciamento	0	1.447
<b>Total</b>	<b>17.659</b>	<b>7.805</b>

Em relação ao atendimento ao público, em 2017 foram implementadas algumas melhorias no protocolo, como a adaptação de *layout*, que ampliou de 1 (um) para 6 (seis) a quantidade de postos de atendimento ao público, e a aquisição de *scanners*, televisores e sistema de emissão de senhas, que modernizou e organizou o atendimento de forma significativa. Foram realizados 9.867 atendimentos ao público externo, em média 37 atendimentos por dia. Agosto foi o mês com mais atendimentos - 1.189.



*Novo layout do protocolo do Ibram*

### TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Entrou em vigência, para o biênio 2017 – 2019, o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, com o objetivo de dar formalidade e orientar as atividades relacionadas à tecnologia da informação.

No PDTI estava prevista a renovação do parque tecnológico do Ibram para o exercício de 2018. No entanto, a disponibilidade de recursos advindos de financiamento do Banco do Brasil e Emenda Parlamentar, ainda no exercício de 2017, possibilitou a substituição de aproximadamente 50% do parque tecnológico. Foram adquiridos 203 computadores, representando um grande avanço para a melhoria das ferramentas de trabalho. A aquisição se fez necessária, pois os equipamentos antigos datavam dos anos de 2010 e 2012, ou seja, desatualizados tecnologicamente e já apresentando limitações de acesso a sistemas e informações espaciais.

Para os anos de 2018 e 2019 há a expectativa de substituição do restante do parque tecnológico. Houve também a implementação de melhorias no *data center* do Ibram com a aquisição de infraestrutura para ampliação da capacidade de armazenamento de dados e velocidade da rede interna.

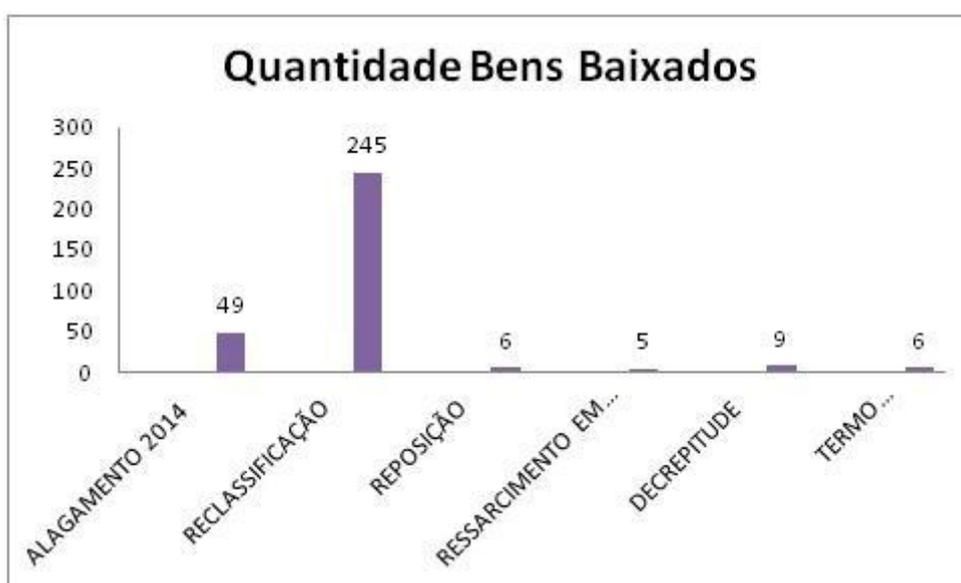
Ainda como melhorias a serem implementadas em relação à Tecnologia da Informação, o Ibram está em processo de contratação de uma Fábrica de Software, para desenvolvimento do Sisbram, um software que deve atender algumas necessidades básicas que o órgão possui em relação à automação, possibilitando a integração de informações entre as áreas finalísticas, proporcionando transparência e celeridade aos processos. A contratação deve ser celebrada em 2018 através do PRODOC 914BRZ2001 entre Ibram e Unesco, no entanto, toda a parte de

levantamento de requisitos e de licitação foram concluídas em 2017, restando somente a efetivação da contratação do desenvolvimento.

### GESTÃO PATRIMONIAL

O Ibram promoveu a inspeção dos bens patrimoniais sob sua responsabilidade e identificou o montante de 318 de propriedade da Secretaria de Meio Ambiente, mas cedidos ao Ibram, que foram considerados como inservíveis. Conforme previsão legal, os bens foram recolhidos ao depósito central do GDF. Os benefícios trazidos com essa ação vão desde a liberação de espaço em ambiente interno do instituto, até a redução do volume de bens inspecionados nos inventários periódicos, gerando redução de custos.

Além destes bens devolvidos, foram baixados do patrimônio outros 320 bens, com destaque para 245 bombas costeais para combate a incêndio, que passaram a ser consideradas materiais de consumo. Essa ação representa redução de gastos com inventários periódicos e mobilização de equipe, já que os equipamentos ficam guardados nas diversas unidades de conservação, sendo ferramentas de trabalho para as ações de combate a incêndio.



### COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Em relação às aquisições realizadas pelo Ibram em 2017, cabe ressaltar um aperfeiçoamento do Plano Anual de Compras e Contratações – PACC, que possibilitou uma melhoria na execução orçamentária do exercício. Esse aprimoramento deveu-se a adequações nos procedimentos internos, levando a uma maior participação das áreas finalísticas no processo, o que representou um aumento da demanda advinda dessas áreas.



Em 2017 foram instruídos 111 processos de compras e contratações, sendo que a maioria deles, 64%, correspondeu à aquisição de materiais. As dispensas de licitação representaram 37% (41 processos) do total adquirido/contratado.



#### ARQUITETURA E PROJETOS

Em 2017 foi concluída a elaboração do projeto de complementação do cercamento do parque Ezechias Heringer, a ser executado com recursos de compensação ambiental. Concluiu-se ainda a avaliação técnica do Centro de Práticas Sustentáveis – CPS que possibilitará seu recebimento, assim como, das edificações do Parque Vivencial do Gama.

## CAPACITAÇÃO

Com a publicação do Decreto nº 37.121 de 16 de fevereiro de 2016, o qual dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, ficou vedado aos órgãos da administração direta, às autarquias e fundações públicas e às empresas dependentes a assunção de compromissos que impliquem gastos com participação em cursos, congressos, seminários e eventos afins. Outro ponto a se destacar é a falta de local adequado para a promoção de capacitações internas, palestras entre outros tipos de eventos de qualificação e de promoção de bem estar para os servidores, esse fator limita a possibilidade de realização destes eventos utilizando recursos próprios. Assim, o Ibram buscou alternativas de capacitação para os servidores que fossem realizadas sem custos orçamentários e em locais diversos no âmbito governamental e externo.

Seguindo essa diretriz, intensificou-se internamente a divulgação de cursos gratuitos disponíveis em instituições como Escola de Governo do Distrito Federal, Escola Nacional de Administração Pública, Tribunal de Contas do Distrito Federal, Tribunal de Contas da União e foram firmadas parcerias com outros órgãos para capacitações em temas específicos, como, por exemplo, o Curso em Quantum Gis realizado pelo Ministério do Exército. Destaca-se que essa última capacitação, proporcionou a qualificação de instrutores do próprio órgão para ministrarem cursos de QGis. Assim, foi possível o estabelecimento de uma parceria com a Escola de Governo – Egov, para que o curso de QGis entrasse na grade regular de cursos da instituição, com cursos fechados para os servidores do Ibram e com possibilidade de ampliação da oferta a outros órgãos. Foi realizado um curso piloto na Egov em dezembro de 2017, quando foram capacitados 24 servidores. Está previsto, para 2018, a formação de 04 novas turmas.

Apresenta-se a seguir tabela contendo resumo das iniciativas de capacitações promovidas pelo Ibram no ano de 2017.

Quadro resumo das capacitações promovidas pelo Instituto Brasília Ambiental.

Capacitações por tipo	Local	Servidores capacitados
Quantum Gis – QGis Nível Intermediário	2º Centro de Geoinformação do Exército – 2º CIGEx	20
Quantum Gis – QGis Nível Básico	Capacitação interna para Auditores Fiscais	30
Quantum Gis – QGis Nível Básico (Turma fechada para o Ibram)	EGOV	24
Cursos presenciais diversos promovidos pela Escola de Governo	EGOV	190
Cursos Diversos de EAD promovidos pela Escola de Governo	Plataforma on line	39
Participação em Congressos, seminários e reuniões similares	Instituições externas	60
Pós- graduação <i>stricto sensu</i> - ônus limitado	Universidades diversas	06
<b>Total</b>		<b>369*</b>

*\*Não foram contabilizados os cursos EAD em instituições externas ao GDF.*

As capacitações de modo geral possibilitam aos servidores requererem o recebimento de Gratificação por Habilitação, Gratificação de Titulação e também Adicional de Qualificação. No ano de 2017, 36 servidores concluíram cursos de Graduação e Pós-graduação (modalidade Capacitação Avançada) e apresentaram comprovantes para recebimento de Gratificação por Habilitação, conforme Tabela abaixo:

Nível de escolaridade apresentado	Quantidade de servidores
Graduação	5
Especialização	12
Pós graduação <i>stricto sensu</i> (Mestrado)*	17
Pós graduação <i>stricto sensu</i> (Doutorado)*	2
<b>Total</b>	<b>36</b>

*\* Capacitações promovidas pelo Programa de Pós-graduação *stricto sensu*.*

Em relação ao Adicional de Qualificação, no ano de 2017, foram geradas 292 novas concessões, devido à apresentação de certificados de conclusão de cursos de capacitação e desenvolvimento relacionados às atribuições do cargo ou lotação dos servidores. A Tabela abaixo apresenta resumo das concessões de gratificação e adicional de qualificação realizadas em 2017.

<b>Tipo de Gratificação</b>	<b>Quantidade</b>
GTIT - Gratificação de Titulação*	0
AQ - Adicional de Qualificação**	292
GH - Gratificação por Habilitação***	36
<b>Total</b>	<b>328</b>

\* Disciplinada pela Lei nº 4.426 de 18/11/2009 e regulamentada pelo Decreto nº 31.847 de 30/06/2010 devida aos servidores com cargo de Auditor Fiscal de Meio Ambiente.

\*\* Disciplinada pela Lei nº 4.426 de 18/11/2009 e regulamentada pelo Decreto nº 31.847 de 30/06/2010.

\*\*\* Incluída a Gratificação por Habilitação em Atividades do Meio Ambiente – GHMA, Gratificação por Habilitação em Políticas Públicas – GHPP e Gratificação por Habilitação em Planejamento Urbano – GHPU.

### **3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

#### **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos orçamentários relativos a 2017 sofreram restrições em virtude da publicação do Decreto nº 37.979, DODF nº 20, de 27/01/2017, que estabeleceu a programação financeira para o exercício implicando, inicialmente, em uma restrição financeira da ordem de R\$ 1.182.877,00.

Destaca-se que, em 21/08/2017, com a publicação do Decreto nº 38.416, DODF nº 40, foi estabelecido um novo cronograma para emissão de empenhos para o último quadrimestre de 2017, medida que impactou de forma significativa a execução orçamentária do Ibram. Nesse contexto, é relevante salientar que não ocorreram lançamentos por parte da Subsecretaria de Orçamento Público – SUOP, que fizessem com que o referido contingenciamento fosse evidenciado no Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD.

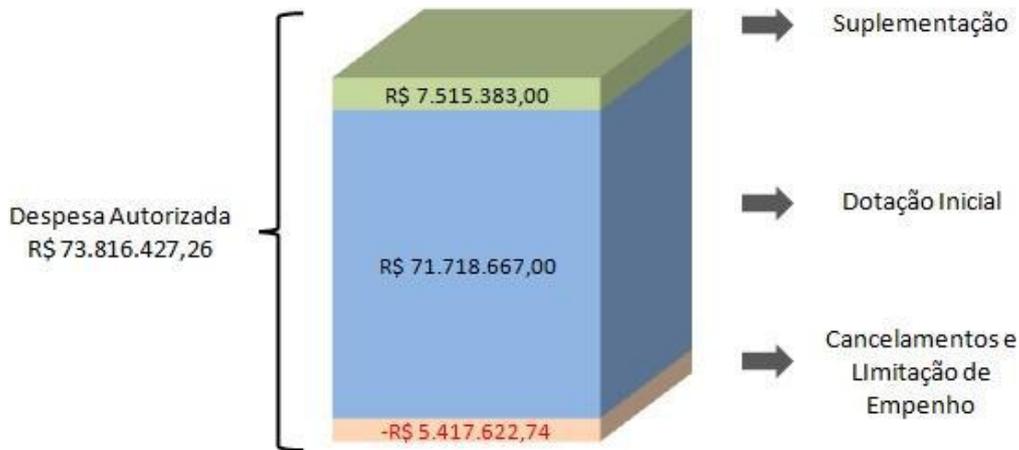
Contudo, o presente normativo provocou a impossibilidade de utilização de recursos alocados na fonte 157, que ao final do exercício, totalizaram valor superior a R\$ 950 mil.

Outro fator determinante no exercício de 2017, no tocante à execução orçamentária, foram os bloqueios e contingenciamentos dos recursos orçamentários disponibilizados, que se arrastaram por grande parte do exercício, impactando nas necessidades de cada área (aquisição de materiais de consumo, permanente e serviços), e conseqüentemente, na execução das atividades do Ibram.

#### **Demonstrativo Sintético de Execução Orçamentária – Comparativo 2016 x 2017**

<b>Descrição</b>	<b>2016 (R\$)</b>	<b>2017 (R\$)</b>	<b>Variação (%)</b>
1. Dotação Inicial	69.017.396,00	71.718.667,00	3,91%
2. Suplementações			
(+) Apuração Superávit – Fonte 420	924.933,00	1.473.854,00	59,35%
(+) Convênios - Aportes/Superávit	100.000,00	127.460,00	27,46%
(+) Excesso de Arrecadação	1.816.047,00	0,00	-100,00%
(+) Folha de Vencimentos	5.400.000,00	4.944.469,00	-8,43%
(+) Recursos Banco do Brasil	0,00	657.600,00	100,00%
(+) Emenda Parlamentar	0,00	312.000,00	100,00%
3. Cancelamentos			
(-) Contingenciamentos/Bloqueios	652.062,23	1.398.731,00	114,51%
(-) Banheiros Zoológicos	0,00	861.624,00	-100,00%
(-) Efetuados via SUOP	4.347.105,08	2.207.203,00	-49,23%
4. (=) Despesa Autorizada (1 + 2 - 3)	70.459.356,38	74.766.492,00	6,11%
5. (-) Limitação Empenho – Fonte 157	0,00	950.064,74	100,00%
4. (=) Despesa Autorizada Real (4 - 5)	70.459.356,38	73.816.427,26	4,76%
5. Despesa Executada	68.652.769,12	71.446.777,40	4,10%
6. Índice de Execução ( 5 ÷ 4)	97,44%	96,79%	-0,67%

Fonte: SIGGO - Quadro Detalhamento Despesas: Exercícios: 2016 e 2017, posição: 02/01/2018.



Em relação à execução orçamentária por fonte de recursos, tem-se a tabela que segue:

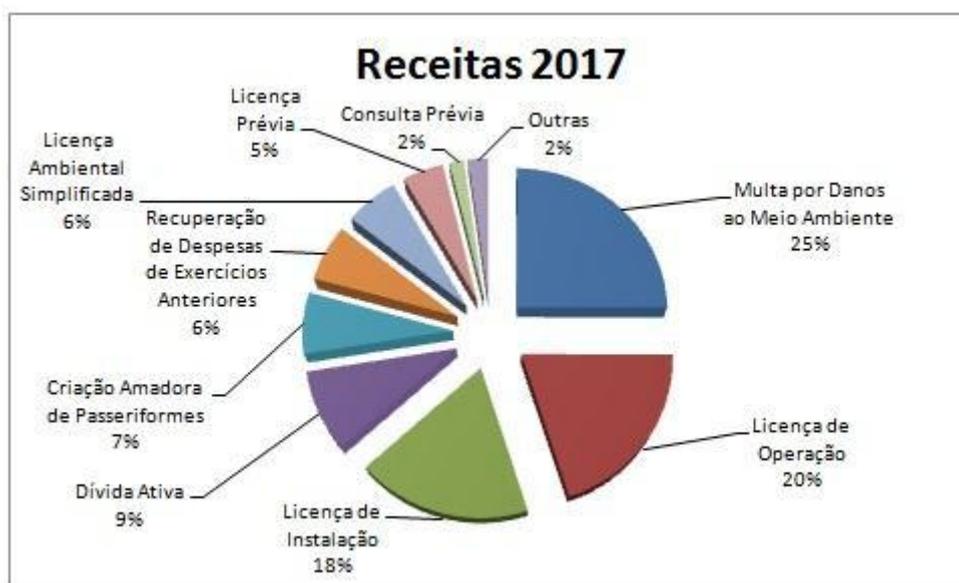
Fonte de Recurso	Despesa Autorizada	Despesa Executada	Despesa Não Executada
100 - Tesouro	65.288.690,00	63.212.110,00	2.076.580,00
135 - Operações de Crédito Internas	657.600,00	554.060,00	103.540,00
157 - Compensação por Utilização de Recursos Minerais *	1.524.935,00	1.524.935,00	0,00
220 - Própria	4.755.000,00	4.648.333,00	106.667,00
390 - Superávit Contrapartida Convênio	11.112,00	11.110,00	2,00
420 - Superávit Própria	1.473.854,00	1.396.238,00	77.616,00
421 - Superávit Aplicação Financiamento Convênio	5.236,00	0,00	5.236,00
432 - Convênio com Outros Órgãos	100.000,00	99.990,00	10,00
<b>Total</b>	<b>73.816.427,00</b>	<b>71.446.776,00</b>	<b>2.369.651,00</b>

\*Abatido o valor de R\$ 950.065 da Despesa Autorizada em razão da limitação de empenho imposta por decreto



## COMPORTAMENTO DAS RECEITAS

Durante o exercício de 2017 foi auferido, a título de receita própria, o montante de R\$ 7,18 milhões. Deste total, 63% foram equivalentes às Multas por Danos ao Meio Ambiente, Licenças de Operação e Licenças de Instalação.

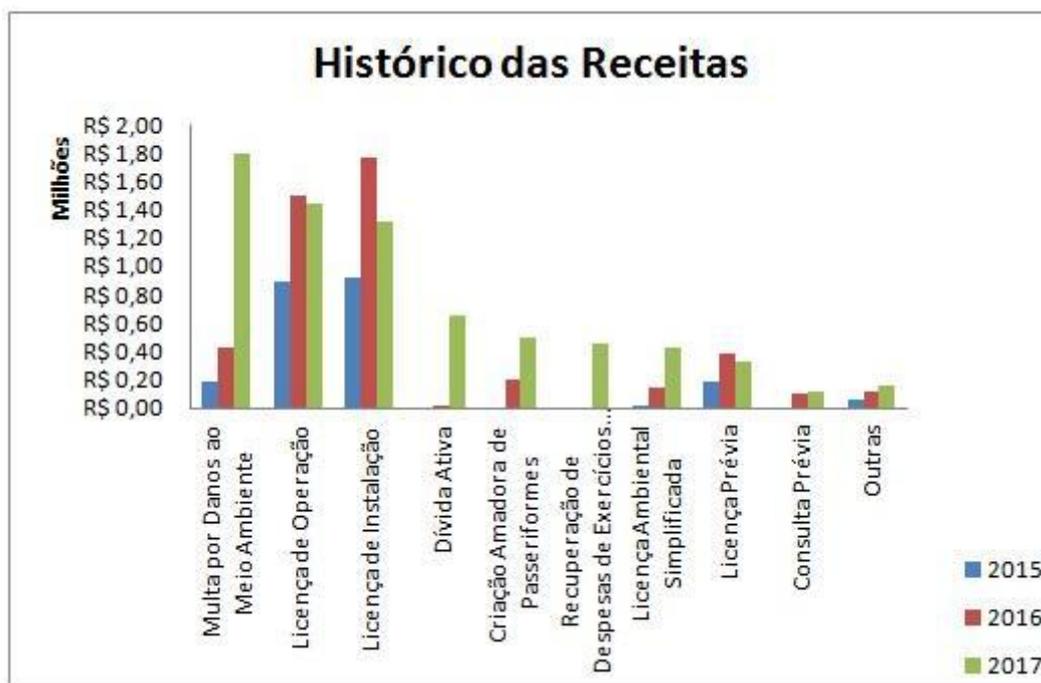


Avaliando o comportamento histórico da receita do Ibram, observa-se o aumento expressivo dos valores correspondentes às Multas por Danos ao Meio Ambiente, que triplicaram em relação ao ano anterior. Tal fato se deveu à intensificação das ações de fiscalização, bem como ao trabalho realizado pela Comissão Interna de Julgamento de Autos de Infração que julgou, em 1ª instância, o passivo de autos pendentes. Exceção feita às tarifas decorrentes das licenças prévia, de instalação e de operação, que apresentaram leve queda, todas as demais rubricas de receita evoluíram durante o ano de 2017.

A melhoria dos processos internos que vem refletindo em variações positivas na receita do Instituto permite maior investimento nas áreas finalísticas, já que os recursos da fonte do tesouro têm se mostrado insuficientes.

Destaca-se ainda o aumento expressivo nos recebimentos decorrentes de registros da dívida ativa e nas tarifas cobradas pela emissão de licença ambiental simplificada, conforme histórico demonstrado a seguir:

Receitas (em R\$)	2015	2016	2017
Multa por Danos ao Meio Ambiente	180.463,00	424.552,00	1.798.559,86
Licença de Operação	889.014,00	1.501.231,00	1.441.400,15
Licença de Instalação	912.598,00	1.767.803,00	1.312.407,47
Dívida Ativa	-	7.598,00	654.258,24
Criação Amadora de Passeriformes	-	197.221,00	492.781,41
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	456.986,71
Licença Ambiental Simplificada	11.235,00	143.492,00	430.406,06
Licença Prévia	189.356,00	381.573,00	326.468,71
Consulta Prévia	-	99.533,00	114.166,42
Outras	54.744,00	108.140,00	158.746,61
<b>Total</b>	<b>2.237.410,00</b>	<b>4.631.143,00</b>	<b>7.186.181,64</b>



## COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E FLORESTAL

As principais fontes de recurso destinadas às unidades de conservação são as compensações ambientais e florestais. Em 2017, foram iniciados novos investimentos, tanto com empreendedores privados quanto com empreendimentos do próprio governo.

Em que pese a Instrução que instituiu o novo formato do colegiado da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal – CCAF datar de setembro de 2016, o ano de 2017 merece destaque pela consolidação do novo modelo, que buscou a ampliação da representatividade dos diversos segmentos da sociedade no processo de decisão sobre a forma e local de destinação dos recursos supracitados.

Ao longo do ano foram formalizados 12 (doze) Termos de Compromisso de Compensação Ambiental, totalizando R\$ 18 milhões, distribuídos para as diversas Unidades de Conservação localizadas no Distrito Federal, em ações que vão desde a elaboração de Planos de Manejo, instrumento basilar para a implantação e gestão sustentável das áreas protegidas, à regularização fundiária de UCs.



Apesar da queda em relação ao ano anterior, destaca-se que ao final de 2017, nove processos de compensação ambiental totalizando R\$ 11 milhões estavam sendo concluídos para que os termos de compromissos fossem assinados já no início de 2018.

O ano de 2017 foi marcado ainda pela execução de recursos compensatórios na proteção das Unidades de Conservação Distritais contra incêndios florestais, com a elaboração de quase 30 quilômetros de aceiros em torno de áreas como o Parque Distrital do Gama (Prainha) e Parque Ecológico dos Pequizeiros, além da previsão de abertura de aceiros em mais 13 Unidades de Conservação até o início do próximo período de seca.

No que se refere à normatização e aos procedimentos para destinação de recursos compensatórios, especificamente quanto à compensação florestal convertida na forma do Decreto Distrital nº 23.585/2003, destaca-se a elaboração do Plano de Diretrizes para Aplicação de Recursos de Compensação Florestal – PDAR-F, que elenca as ações que poderão ser custeadas com esses recursos para que se possa alcançar satisfatoriamente os objetivos precípuos da compensação florestal.

Dentre as ações custeadas com recursos compensatórios em 2017, mais que 33% são destinações para elaboração de Planos de Manejo das UCs Distritais. Esses Planos são fundamentais para implantação e gestão das Unidades, uma vez que servem como norteadores para as futuras instalações, usos e prioridades dentro das áreas protegidas, de forma que se possa estabelecer a compatibilidade entre a proteção dos recursos naturais e outras demandas da sociedade.

Por sua vez, as ações com obras, serviços e aquisição de equipamentos representaram quase 53% de todas as destinações feitas pela CCAF em 2017. São obras de revitalização de espaços dentro das Unidades, serviços e aquisição de equipamentos relacionados com a implantação e gestão de Unidades de Conservação de grande importância, como a Estação Ecológica de Águas Emendadas – ESECAE e o Parque Ecológico Saburo Onoyama.

As ações com Projetos e Subsídios para Gestão das UCs, Educação Ambiental, Sinalização, Comunicação, Regularização Fundiária e Proteção somam cerca de 14% das destinações, com destaque para a contratação de consultoria especializada para o desenvolvimento de projetos de arquitetura, design e programação visual, a nível executivo, para as Unidades de Conservação; a aquisição de imagens de satélite com periodicidade semanal com monitoramento da cobertura vegetal do DF, que servirão de subsídios à gestão dos recursos naturais delimitados nas Unidades de Conservação, além da realização de *Workshop* sobre o Documento de Origem Florestal – DOF, que é uma ferramenta utilizada para controle de origem dos recursos florestais e, conseqüentemente, para garantia do uso sustentável dos recursos.

#### PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT

Em 2017 foi realizada uma consultoria pela empresa Modus Consultoria Organizacional, através do PRODOC 914BRZ2001 da Cooperação Internacional entre IBRAM e UNESCO, para elaboração do programa de Qualidade de Vida no Trabalho do Instituto (QVT). Tal programa tem por finalidade dar suporte à criação de um ambiente mais saudável e humanizado na organização, com aumento de responsabilidade e de autonomia no trabalho, melhoria do clima organizacional e do nível de satisfação dos servidores. Pretende-se que a tanto a política de QVT como os projetos do programa, quando implementados, promovam o bem-estar no ambiente de trabalho, conciliando as expectativas institucionais e os anseios dos servidores.

O trabalho realizado em 2017, consistiu na sensibilização dos servidores para participação na iniciativa, elaboração do diagnóstico e definição das políticas e dos projetos que serão implementados ao longo dos próximos anos. Deste modo, foram realizadas cinco palestras de sensibilização, além de campanhas internas. Ao final foram definidos 13 projetos que deverão ser implantados gradativamente pelo órgão. Dentre os projetos aprovados destacam-se, Capacitação de Gestores para Gerenciamento de Equipes, Prevenção de Assédio Moral no Ibram, dentre outros.



Exemplo de divulgação veiculada nos meios de comunicação internos para sensibilização dos servidores.



Palestra conduzida pela consultoria e espaço idealizado especialmente para o evento.

## SEMANA DA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

No período de 02/10/2017 à 06/10/2017, foi realizada a V Semana da Saúde e Segurança do Trabalho no IBRAM, ação condizente com a Política de Gestão de Pessoas do Governo do Distrito Federal – Decreto nº 29.814, de 10 de dezembro de 2008, a qual estabelece, dentre outras diretrizes, a humanização da relação administração pública, servidor, para a melhoria dos serviços prestados pelo Governo do Distrito Federal. A Semana da Saúde objetiva o incentivo da busca contínua de hábitos saudáveis por parte dos servidores, levando a uma melhoria na qualidade de vida, inclusive no ambiente laboral, com foco na saúde e bem estar, e, conseqüentemente, prevenindo as doenças (físicas e psíquicas). Todo o evento foi realizado por meio de parceria, sem nenhum ônus para o órgão, a equipe organizadora firmou parcerias com diversas empresas e profissionais autônomos. Neste período foram realizadas diversas atividades envolvendo os servidores do Instituto. Abaixo segue um resumo das atividades realizadas.

<b>Atividade</b>	<b>Quantidade de participantes</b>
Palestra: Saúde e Tecnologia	20
Diversas*	60
Exames**	178
Caminhada***	93

\*Diversas: Cursos de Cuidados com a pele e de Automaquiagem.

\*\*Circuito de Exames, contendo Aferição de Glicemia, Pressão Arterial, Elasticidade, Pressão Ocular, posturograma, avaliação fisioterápica e orientações sobre Autoexame Preventivo de Câncer de Mama e sobre valores nutricionais dos alimentos.

\*\*\*Evento no Parque Ecológico Ezechias Heringer – Guará/DF: apresentação sobre a Unidade de Conservação, Caminhada da Saúde, aula prática esportiva e teste de bioimpedância.



Aula prática esportiva durante a V Semana da Saúde e Segurança do Trabalho no Ibram



*Caminhada da Saúde no Parque Ecológico Ezechias Heringer*

## **4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE**

### AÇÕES ESTRUTURANTES

O ano de 2017 foi marcado pelas celebrações dos 10 anos de existência do Ibram e pela continuidade das ações vinculadas ao Ibram Mais, um programa de melhorias institucionais com a finalidade de reunir, de forma integrada, as principais iniciativas estruturantes e transformadoras em curso no Instituto. Dentre os principais objetivos do Programa, destacam-se:

- Disseminar informações de maneira padronizada;
- Congregar esforços;
- Criar senso de pertencimento;
- Integrar e motivar;
- Buscar o engajamento;
- Dar visibilidade a ações positivas;
- Proporcionar maior eficiência ao desenvolvimento do trabalho;
- Melhorar o desempenho institucional.

Dentre as ações do Ibram Mais ocorridas em 2017, destaca-se a conclusão dos trabalhos da empresa de consultoria especializada em Qualidade de Vida do Trabalho, contratada por meio da Cooperação Internacional Ibram/Unesco. O objetivo do projeto QVT é propiciar a criação de um ambiente mais saudável e humanizado, com aumento de responsabilidade e de autonomia no trabalho, melhoria do clima organizacional e do nível de satisfação dos servidores. A consultoria realizou amplo diagnóstico do Ibram e elaborou, em conjunto com os servidores, uma política e um programa de Qualidade de Vida no Trabalho. Os projetos idealizados e que compõem o programa serão desenvolvidos a partir de 2018.

Outra contratação de grande relevância e que compõe o Ibram Mais foram os serviços de consultoria em Redesenho Organizacional. Também por meio da Unesco, uma empresa de consultoria foi contratada para propor uma nova estrutura, um novo desenho organizacional para o Ibram, capaz de dar maior fluidez aos processos de trabalho. Os trabalhos foram iniciados em 2017 e têm previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2018.

Destaca-se ainda o certame licitatório feito em parceria com a Unesco, para contratação de uma fábrica de software para desenvolvimento do sistema de gestão ambiental, com foco inicial no licenciamento ambiental, conforme especificações elaboradas anteriormente. A previsão é que o sistema seja desenvolvido durante o ano de 2018. A contratação dessa fábrica é o encadeamento final de todas as demais ações do Ibram no sentido de idealizar novos processos de trabalho e especificar soluções informatizadas, de forma a dar maior eficiência e qualidade à prestação do serviço público e aos esforços para garantir a proteção ao meio ambiente.

Para o ano de 2018 estão previstas as inaugurações do Centro de Práticas Sustentáveis – CPS e do Hospital Veterinário Público – HVEP.

O CPS foi idealizado a partir da compensação ambiental devida pela implantação do Setor Habitacional Jardim Mangueiral, tendo como objetivo ser um fomentador do empreendedorismo e servir como mostruário das boas práticas ambientais sustentáveis. Sua estrutura física deverá ser acompanhada por uma programação educacional que permita o desenvolvimento de atividades técnicas, promovendo a participação da comunidade e o convívio social, a partir do contato das políticas públicas de preservação do meio ambiente com a sociedade civil. Seu funcionamento se dará por meio do próprio Ibram, de parceiros da administração pública e da comunidade local.

Já o HVEP decorre da compensação ambiental devida pelas obras do Residencial Porto Pilar e tem por objetivo a promoção do atendimento médico veterinário gratuito para cães e gatos. A gestão e operacionalização do hospital serão feitas pelo Ibram, em parceria com uma Organização da Sociedade Civil a ser escolhida por meio de chamamento público. A expectativa é que o HVEP inicie seu funcionamento ainda no primeiro semestre de 2018.

Outra boa perspectiva para 2018 é a possibilidade de liberação de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio do programa Brasília Sustentável II. Este programa visa contribuir para a melhoria da qualidade ambiental do Distrito Federal por meio da recuperação de áreas degradadas e da implantação de serviços de infraestrutura urbana. Havendo aprovação pelas entidades responsáveis, o Ibram será alcançado pelo programa no componente Fortalecimento Institucional, que prevê o fortalecimento de alguns órgãos da administração pública do DF, com ênfase na gestão ambiental e de resíduos sólidos. Nessa condição, o Ibram deverá investir na modernização do Licenciamento, Fiscalização e Monitoramento Ambiental.

Ainda na linha de obtenção de recursos externos, o Ibram aguarda a aprovação do programa Brasília Capital das Águas, que prevê a negociação de recursos com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, organismo de crédito que, dentre outras finalidades, financia projetos ambientais na Bacia do Prata. No que concerne ao Ibram, o programa viabilizará a recuperação de áreas degradadas e a implantação de infraestrutura para uso público, em ambos os casos, ao longo da orla do Lago Paranoá.

## Identificação dos Responsáveis

Nome do Titular da Unidade Orçamentária: Aldo César Vieira Fernandes

Telefone: 61 3214-5601 e-mail da Instituição: [presidencia@ibram.df.gov.br](mailto:presidencia@ibram.df.gov.br)

Matrícula: 1.682.324-9

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome do Ordenador de Despesas: Cleycione Carlos da Silva

Telefone: 61 3214-5601 e-mail da Instituição: [cleycione.silva@ibram.df.gov.br](mailto:cleycione.silva@ibram.df.gov.br)

Matrícula: 194.760-5

Assinatura: \_\_\_\_\_

### RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: Ariana Dias da Silva Ferreira Leite

Telefone: 61 3214-5627 e-mail: [ariana.leite@ibram.df.gov.br](mailto:ariana.leite@ibram.df.gov.br)

Matrícula: 184.087-8

Assinatura: \_\_\_\_\_

Agente de Planejamento: Rogério de Castro Duarte e Silva

Telefone: 61 3214-5626 e-mail : [rogerio.castro@ibram.df.gov.br](mailto:rogerio.castro@ibram.df.gov.br)

Matrícula: 183.941-1

Assinatura: \_\_\_\_\_